OMR
Observatório do Meio Rural

OBSERVADOR RURAL
Nº 147
Agosto 2024

O CONCEITO DE CAMPONÊS E A REALIDADE DE MOÇAMBIQUE NUMA PERSPECTIVA DE LONGA DURAÇÃO

João Mosca

O documento de trabalho *(Working Paper) OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento.

O CONCEITO DE CAMPONÊS E A REALIDADE DE MOÇAMBIQUE NUMA PERSPECTIVA DE LONGA DURAÇÃO

João Mosca[1]

1. DISCUSSÃO SOBRE O CONCEITO DE CAMPONÊS

1.1 Introdução

Este texto procura discutir o conceito de camponês em diferentes contextos de evolução das sociedades e as influências políticas e ideológicas associadas, bem como as dinâmicas evolutivas segundo as realidades. O texto não só procura debater o conceito, mas também reflectir sobre o seu potencial como descodificador da complexidade das realidades e do seu papel na estruturação das políticas públicas diferenciadas. O conceito em Moçambique oscila sem limites claramente definidos entre camponês e pequeno produtor, e as transições entre si, vão-se diluindo ao longo do tempo, e em alguns momentos, ambos são referidos como sinónimos.

O trabalho foi exclusivamente realizado com suporte bibliográfico, procurando abranger diferentes perspectivas, momentos históricos e contextos políticos e económicos.

Os camponeses, como classe social maioritária até à fase do capitalismo industrial, foram sempre "utilizados/instrumentalizados", durante os processos de mudança (revolucionários ou não, e mesmo nos processos reformistas), pelas elites próprias de diferentes períodos da evolução das sociedades (feudais, pequeno-burgueses, burgueses, protonacionalista, elites das sociedades esclavagista e patriarcais). Contudo, depois de alcançados os objectivos das elites, estas últimas não apenas traem as convicções dos camponeses, mas também se distanciam delas.

O texto faz uma reflexão sobre o papel do campesinato, seja nas "revoluções socialistas", nas lutas de libertação nacional e, anteriormente, nas diferentes fases do colonialismo. Urge igualmente dizer que este reflecte sobre o papel do campesinato nos períodos dominados pelo capital comercial no corredor do Índico. Pretende-se, portanto, questionar as razões dos movimentos de resistência e revolta dos camponeses e porquê as suas lutas não desembocaram em mudanças de regime ou sistemas políticos, ou ainda de sistemas económicos. O autor estuda com maior detalhe o caso de Moçambique.

Em síntese, procura-se contribuir para: (1) uma análise do conceito de camponês e suas transições e mudanças nas suas bases produtiva e de organização social ao longo da história, utilizando o caso de Moçambique; e, (2) o papel dos camponeses nos diferentes tipos de alianças étnicas e com forças económicas e políticas, antes, durante e depois da colonização.

Além da introdução, o texto tem mais quatro secções: na primeira secção, faz-se um breve resumo da discussão sobre as definições e perspectivas à volta do camponês no quadro do referido nesta introdução; a segunda secção apresenta como as múltiplas definições de camponês foram e são discutidas, mas, principalmente, como se processaram as transformações do campesinato ao longo da história de Moçambique, com particular enfoque no período da colonização intensiva (meados do século XIX). Na terceira secção faz-se uma análise acerca da participação do campesinato nos processos de luta de libertação nacional e de construção do Moçambique pós-colonial. Finalmente, faz-se um resumo das discussões levantadas nas secções que constituem o artigo.

[1] Doutor em Economia Agrária e Sociologia Rural. Investigador do OMR.

1.2 O conceito de camponês

O camponês, na acepção simples/genérica, é aquele que habita ou trabalha no campo. Esta definição não é, nem universal, e menos ainda aceite em todos os contextos, pois, nem todo aquele que trabalha a terra pode ser considerado como camponês[2]. Existem pessoas que, vivendo no "campo" (meio rural), não são camponesas. Por outro lado, existem pessoas que vivem nas periferias das cidades e são camponesas, exercendo como actividade principal, a agricultura periurbana. Os conceitos de agricultura familiar, produtores de pequena escala, pequenos produtores, produtor de mercadorias e camponeses não são totalmente diferentes. Assim, "... são considerados, como sector/agricultor familiar, os produtores agrários de pequena escala, com tecnologia intensiva em mão-de-obra, sobretudo familiar, pouco integrados no mercado de factores (insumos, máquinas e dinheiro – terra, trabalho assalariado e outras fontes de rendimento não-agrícola), que produzem essencialmente para a família, enquanto unidade económica e social, que nem sempre possuem o mercado como a única e mais importante referência nas suas opções produtivas, que não têm, necessariamente, o lucro como o principal objectivo e, sempre que podem, complementam os rendimentos agrários com outros, dentro ou fora do sector" (Mosca 2017:69).[3]

De uma forma ampla, o campesinato pode ser entendido como "uma classe social e não apenas como um sector da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida".[4] Para Shanin (1979:228)[5], "o campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social e um mundo diferente, que apresenta padrões de relações sociais distintas - ou seja, o que também podemos denominar de modo de vida". Para ele, o campesinato é uma classe social de baixa "classicidade"[6] que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada e se levanta em momentos de crise".[7] Nesta linha de pensamento, "o campesinato caracteriza-se por uma organização social específica que, ora serve aos interesses feudais ou capitalistas, ora opõe-se-lhes. O modo de vida camponês apresenta, simultaneamente, uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista. Se, por um lado, o mercado influencia as opções produtivas do campesinato e as respectivas relações sociais, por outro, ele não o organiza" (Taussig, 1980:10).[8] Ainda conforme Woortmann (1990), a ética camponesa apresenta a terra, o trabalho e a família como valores morais e categorias nucleares/estruturantes intimamente relacionados entre si, e tem como princípios organizativos centrais, a honra, a hierarquia, a reciprocidade (solidariedade)". Ela fundamenta uma ordem moral de forte inspiração religiosa e tende a constituir uma ideologia tradicional oposta à ordem social da modernidade".[9]

Na teoria marxista, o campesinato é considerado como uma classe residual, separada da divisão orgânica do trabalho e dos mercados. Para Marx, o aprofundamento do socialismo, enquanto modo de produção de transição entre o capitalismo e o comunismo, iria levar ao desaparecimento do campesinato, transformando-se em operários. Para Rosa Luxemburgo, o campesinato permaneceria no capitalismo. Segundo as definições de Marx e Engels, os camponeses não são/eram uma classe social "em si" nem "para si".[10] Para Marx, há duas classes sociais: a burguesia (capitalista), ou seja, os

[2] Como, por exemplo, famílias que possuem propriedades (pequenas explorações e quintas), que vivem nas cidades e possuem outras actividades principais.
[3] Mosca, João (2017). *Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas*. Revista NERA, Ano 20, nº. 38. UNESP. Brasil.
[4] Marta Inez Medeiros Marques (2000): *A atualidade do uso do conceito de camponês*. Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia.
[5] Shanin, Teodor (1979). Campesinos y sociedades campesinas. México, Fondo de Cultura Económica.
[6] Expressão retirada do livro traduzido para espanhol. Classicidade pode-se entender como uma classe sem posição de classe definida nos termos de Marx, conforme discutido neste texto.
[7] Ibidem.
[8] Ibidem.
[9] Ibidem.
[10] "Classe em si" é definida a partir do lugar que o individuo ocupa no processo de produção. Ademais, esta pode outrossim ser considerada como uma categoria de pessoas que têm uma relação com os meios de produção (terra, equipamentos, organização produtivas, etc.); e uma "classe para si" é um grupo social que tomou consciência que os seus interesses são antagónicos aos do

proprietários dos meios de produção, e o proletariado. A primeira é denominada de classe dominante e a segunda de classe dominada.

Anteriormente, durante e na transformação do modo de produção feudal, o camponês era uma classe de trabalho na agricultura (os "servos"), cujos membros não possuíam estatuto de cidadãos e tinham limitada possibilidade de deslocação, e eram obrigados a pagar tributos aos senhores feudais. Houve, durante o feudalismo, revoltas dos camponeses devido às condições penosas de trabalho e de sobrevivência, mas, sobretudo, em consequência de aumentos dos valores a pagar ao senhor feudal [11].

Com o desenvolvimento da agricultura e da industrialização, e, sobretudo, da mercantilização do comércio devido aos ´descobrimentos´, o campesinato, tal como existia durante o feudalismo, tendeu a reduzir ou desparecer para dar origem a um grupo social de menor dimensão e menor peso económico e político, onde a produção total do sector agrário começou a decair até atingir, actualmente, menos de 10% do PIB e da população[12].
A revolução burguesa de França, teve o seu fim no 18 de Brumário[13], e levou Napoleão Bonaparte e a ascensão dos burgueses ao poder[14]. Surgem os "burgos" (assentamentos urbanos de várias dimensões) onde se concentrou a classe mercantil liberal e o comércio, e para onde os "servos" procuravam emigrar e trabalhar (sendo explorados) para os capitalistas-burgueses. Na revolução burguesa, os camponeses são a base social do feudalismo e são "arregimentados" pela burguesia contra as aristocracias. Depois da revolução burguesa, os camponeses continuam como uma classe sem acesso ao poder e incapaz de se organizar como "classe em si" e "para si", transformando-se, posteriormente, na maioria dos casos, em proletários, sem posse dos meios de produção e iniciando uma nova forma de exploração, neste caso da mais-valia capitalista nos termos expostos por Marx.

O conceito de camponês passa a ser de pequeno agricultor[15], produtor de bens para o mercado, cujo objectivo é a maximização do rendimento monetário, possui uma tecnologia mais intensiva em capital fixo (insumos e equipamentos) e está directamente relacionado com as cadeias de valor. Abramovay (1992, p.127)[16] defende que, nesta realidade, "o agricultor familiar moderno corresponde a uma profissão, diferentemente do campesinato, que constitui um modo de vida. Enquanto o camponês apresenta, como traço básico, a integração parcial em mercados incompletos, possui modos de vida diferentes dos verificados nas cidades, a força de trabalho é maioritariamente da família e a produção destina-se principalmente ao consumo da família, o agricultor familiar moderno representa um tipo de

outro grupo. Ainda pode ser vista como um estrato social organizado na busca activa de seus próprios propósitos. Sínteses e transcrições a partir de https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=classe+social+em+si%2C+marx. "Consciência de classe, para Marx e Engels, é a percepção do próprio papel de um dado estrato social no sistema produtivo, seja como produtor de riqueza, seja como proprietário dos meios de gerar riqueza. Essa percepção é construída ao longo do tempo por meio da luta de classes e envolve reconhecer a própria condição económica, identificar outros indivíduos na mesma situação, desenvolver uma gama de interesses em comum e organizar-se politicamente para viabilizar as demandas desse grupo. Para estes autores, assim como a burguesia havia desarticulado e substituído a sociedade feudal, o proletariado, por meio da luta de classes, desarticularia e substituiria a sociedade burguesa. Em https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/consciencia-de-classe.htm.

[11] Como, por exemplo, nos países europeus de língua alemã na Europa Central (1524-1525) e em Inglaterra. Em 1358, aconteceu uma revolta dos camponeses em França. As principais reivindicações dos camponeses diziam respeito à luta contra a fome e às más condições de vida acentuadas durante a crise do século XIV derivada da peste negra e da guerra dos 100 anos. O alemão é falado na Alemanha, Áustria, Suíça, Luxemburgo, Bélgica, Liechtenstein e Tirol do Sul (Itália), como língua materna ou utilizam-na regularmente como segunda língua.

[12] Em França, a maior potência agrícola da União Europeia, a agricultura representava 5,6% do emprego e 3,5% do PIB em 2014.

[13] Corresponde a 9 de Novembro de 1799 no calendário gregoriano.

[14] Por isso, se designa de revolução burguesa, dos girondinos, a alta classe burguesa francesa. Foi designada de revolução burguesa porque foi movida pela burguesia nascente do desenvolvimento mercantil e da pequena indústria artesanal/manufactureira, que consideravam os privilégios e o domínio do poder pela aristocracia um entrave ao desenvolvimento dos seus negócios.

[15] Em consequência das reformas e transformação estrutural das economias europeias, diz-se que na Europa já não há camponeses no sentido económico e político e social.

[16] Abramovay, Ricardo (1992). *Paradigmas do capitalismo agrário em questão.* São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, UNICAMP.

produção familiar totalmente integrada ao mercado, sem apresentar qualquer conflito ou contradição em relação ao desenvolvimento capitalista[17]. O autor salienta ainda a natureza empresarial, o dinamismo técnico e a capacidade de inovação como traços da forma contemporânea de produção familiar".

Em muitos escritos, tal como de Mao Tsé-Tung e outros partidos/dirigentes marxistas ou autodenominados de marxistas, no lugar de campesinato, fala-se do "povo", não como uma entidade teórica, mas como catalisador de uma pretendida unidade contra o "inimigo", sobretudo o "externo". "Povo" com o objectivo de criar a unidade de grupos étnicos, raciais e religiosos e de outras naturezas, em torno de um projecto de construção de nação com identidades nacionais que se relacionam harmoniosamente com as identidades específicas ocupantes de um território. A instrumentalização do conceito de povo surge pela ausência de um proletariado numericamente importante ou, existindo, não constitui ainda uma classe "em si" e "para si", isto é, sem uma consciência de classe estruturada e consolidada. Liang Qichao sublinhou que, em termos de assuntos internos, o desenvolvimento político da China dependia da força e coesão do seu povo, e que um novo povo era a base para um novo sistema, um novo governo e um novo Estado. Em termos de assuntos estrangeiros, numa altura em que o nacionalismo era o fundamento do país, um povo forte seria indispensável para que a China pudesse utilizar o nacionalismo para resistir às potências, sobretudo a URSS.

Karl Kautsky é um dos mais proeminentes teóricos marxistas, mormente, da transformação agrária e no seu livro ''A Questão Agrária'' , um dos suportes da teoria marxista durante os primeiros anos da revolução bolchevique, referia que o desaparecimento do campesinato seria resultante da concentração da propriedade privada e da transformação dos camponeses em operários e burgueses-capitalistas. Os camponeses eram designados pejorativamente, de "bárbaros, ignorantes, sem inteligência, instáveis, desorganizados, etc.". Considerava que a génese do capitalista residia no campo, na medida em que os excedentes de trabalho e da produção levariam ao emprego proletário e à industrialização. Para estes marxistas, o camponês é instável, sem uma consciência de classe e, portanto, de posicionamentos circunstanciais conforme os benefícios imediatos que poderiam esvanecer-se em cada momento. Lenine defende interpretações similares às de Kautsky no que se refere à teoria marxista do campesinato e do desenvolvimento do capitalismo e do imperialismo. Outros aurores, como Trotsky, Chayanov e Preobazhenky, tiveram posicionamentos diferentes em diversos aspectos e existiram fortes disputas internas e expurgas no Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas (URSS).

Chayanov (1974) concentra-se nas racionalidades e lógicas das opções produtivas e de consumo da unidade familiar, como unidade produtiva (económica) e social, comparando os camponeses que vivem em contextos "tradicionais" com os que vivem em contextos "modernos", de modo a assegurar a reprodução da família. "O que diferencia a unidade camponesa da empresa capitalista, é que a primeira acumula recursos de capital para garantir a reprodução social da família, tendo este factor como a razão de existência; já, a primeira supõe a centralidade no lucro como fundamento da racionalidade decisória de seus componentes. Diante disto, ao contrário dos empreendimentos que acumulam para maximizar lucro, a unidade camponesa acumula para tornar mais eficiente a reprodução social familiar (...). Em qualquer dos casos, o agricultor, produtor ou unidade familiar têm a família como centro das decisões de produção, e a evolução, capacidades e necessidades da mesma.

Estas contribuições foram conceptualizadas no que se denomina "modo de produção asiático". O livro de C.E.R.M. faz uma descrição deste modo de produção, integrando aspectos históricos, culturais e económicos e de "modernidade", colocando em causa a sucessão dos cinco modos de produção, considerada de dogmática. Em relação ao modo de produção africano, o mesmo livro rejeita também as cinco fases, referindo que, em vastas zonas africanas, a organização social era, anteriormente, assente

[17] Ao longo do texto verificar-se-á que esta afirmação não é confirmada por outros autores.

no que designa por "comunidade primitiva" e "sociedade tribal" ou "tribo-patriarcal", onde a subsistência, baseada na caça e na colecta ("apanha"), não permitia a acumulação individual/privada. Era o chefe do clã (patriarca ou chefe de família) que fazia a distribuição dos bens de subsistência e da terra pelos membros da família e pelos membros da aldeia/comunidades. Tanto no caso africano, como no asiático, o C.E.R.M. refuta o modo de produção feudal defendendo-a transição imediata para o capitalismo ou, em outras realidades, a passagem do feudalismo para o socialismo, conforme defendia Mao Tsé-Tung e autores chineses e estudiosos do processo chinês. Estas teorias sobre o modo de produção e as fases de evolução das sociedades não são consensuais pela dinâmica sequencial e não-sobreposição de características que se desenvolvem no tempo (entre modos de produção) e porque, muitas vezes, estão impregnadas de pressupostos (preconceitos) políticos, como o de "povos selvagens", sem cultura, "bárbaros", entre outros adjectivos.

A ideia do camponês individualista é contraposta por outros autores[18], afirmando-se que "a sociabilidade camponesa é adversa ao individualismo. Ao contrário, a solidariedade, a participação e redistribuição social são práticas de uma socialização que é culturalmente originária ao Ser camponês. A solidariedade familiar e de âmbitos sociais mais alargados, manifesta-se, sobretudo, em momentos de crise familiar ou individual, o que contraria o carácter individualista atribuído ao camponês. O camponês possui racionalidades económicas e de reprodução social, e estratégias de defesa dos seus interesses e de integração ou resistência face ao capital

Mesmo com a modernização dos meios de comunicação, de transportes e de produção, a adopção de propostas e tecnologias contemporâneas faz-se sob uma criticidade que não nega o jeito de ser e de viver do camponês, pleno de cultura própria e de originalidade. Se há traços de individualismo no camponês contemporâneo, isso já denota a adopção dos valores liberais-burgueses no processo produtivo, no fazer doméstico[19] e nas suas aspirações e desejos. Esses valores introduzem a ideia-força burguesa da maximização do lucro, do imediatismo, da exploração de seus semelhantes e da natureza".[20] Basicamente, a ideia de guardião da biodiversidade e da natureza advém das práticas sustentáveis de produção e de uso do território como um todo (solo, água, florestas, minas, infra-estruturas públicas e privadas/familiares/individuais) como forma de assegurar a vida no campo no quadro da reprodução das relações sociais e de poder, mesmo que com níveis diversos de diferenciação.

Muitos teóricos referem-se às diferentes concepções de campesinato conforme os contextos e realidades de desenvolvimento das sociedades, principalmente ao que Marx define por feudalismo, capitalismo e socialismo/comunismo, as sociedades pré-coloniais e coloniais, assim como, ao que se designa por modo de produção asiático. No essencial, o debate concentra-se no carácter revolucionário do campesinato e nas suas posições e papel nos processos revolucionários e nas lutas de libertação e, sobretudo, sobre a evolução das sociedades segundo as cinco etapas (modos de produção) da teoria marxista.

Para Shanin (2005), "defrontamo-nos, não com uma diferenciação e proletarização da maioria, mas com um processo de *pauperização* expresso no fenómeno da "população excedente", do "subemprego rural", da "cultura da pobreza", das favelas, etc. O que se produz não é um "exército industrial de reserva", pois ninguém deve apelar para essas reservas nas décadas que virão. Tampouco são "desviantes", "marginais", ou qualquer outra palavra que suponha excepcionalidade, porque o grupo social a que se refere é central e constante em tal sociedade".[21]

[18] Carvalho, Horácio Martins de (2013). *O camponês, guardião da agro-biodiversidade*. Biodiversidade LA. Curitiba.
[19] Neste caso, a expressão "fazer doméstico" pode ser interpretada como "afazeres domésticos".
[20] https://www.biodiversidadla.org/Documentos/O_campones_guardiao_da_agrobiodiversidade.
[21] Shanin, Teodor (2005). *A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista*. Revista NERA Ano 8, n. 7. Em Paulo Ribeiro da Cunha *O campesinato* (2005), *A teoria da organização e a questão agrária: apontamentos para uma reflexão* Revista NERA, ano 8, n.7

Bernardo Fernandes[22] concebe o território como um espaço de disputas e de produção de diferentes relações sociais. Não se refere apenas ao espaço físico do Estado[23]. Para ele, o camponês tem perfil social diferente do capitalista e do assalariado. Este autor ressaltou que o camponês recria o conceito de território deslocando o seu sentido de propriedade para um espaço de condição de sua própria existência. Ao contrário do agronegócio que busca o território para a produção de *commodities*, como, por exemplo, a soja, feijão-bóer, cana-de-açúcar e laranja. "Essa diferença de interesses cria um campo de conflito enorme". Para ele, as políticas públicas de desenvolvimento podem minimizá-lo. Jaime Coronado, Professor do Departamento de Estudos Ibéricos e Latino-Americano da Universidade de Guadalajara (México), referiu que "a integração latino-americana e a transformação da terra em *commodity* contribui para a destruição do território indígena". Carolina Pedroso, pesquisadora do IEEI/UNESP, apresentou o conceito de bem-viver que vem da visão andina de promover a harmonia entre o homem e a natureza, respeitando os ciclos naturais.[24] O Coordenador do Grupo de Estudos sobre Defesa e Segurança (GEDES-UNESP), Héctor Saint-Pierre, lembrou que os movimentos sociais e indígenas são actores importantes, mas não possuem representatividade internacional.[25]

Considera-se de transformação/diferenciação do campesinato, na maioria dos casos, como o resultado das diferentes formas de penetração de capital, por via da mercantilização (dinheiro, factor capital e terra) de excedentes e do assalariamento (factor trabalho), e sobre a posse e uso da terra (factor terra). A alteração num dos três factores de produção provoca mudanças na estrutura produtiva, nas relações sociais de produção (modo de produção), sendo necessário clarificar os limites entre os modos de produção ou fases evolutivas das sociedades (para o caso dos defensores dos modos de produção asiático e africano).

Para a FAO[26], a gestão da propriedade/exploração familiar é compartilhada pela família e a actividade produtiva agro-pecuária é a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e de moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante neste sector".[27] Estes aspectos correspondem às estratégias de integração e/ou resistência do campesinato na evolução da economia e das sociedades, muito embora, para a FAO, exista a concepção do camponês bastante isolado dos seus contextos, enquanto preservador dos seus sistemas de produção, cultura e modos de vida.

A instrumentalização do conceito de agricultura familiar é muito diversificada em cada país. A FAO e o INCRA[28] (1996) delimitam o universo da agricultura familiar no Brasil com base em quatro factores: "a) a direcção do trabalho é exercida pelo produtor; b) não realizaram serviços de empreitada[29]; c) sem empregados permanentes e com número médio de empregados temporários menor ou igual a quatro,

[22] Universidade Estadual de São Paulo, estando este autor muito próximo ou ligado ao Movimento Sem Terra (MST) no Brasil. Geógrafo.

[23] Estado, referindo-se à divisão administrativa do Brasil.

[24] Síntese de https://www2.unesp.br/portal#!/. Para camponês e indígena, território é espaço de existência. Temas Soberania e Territorialidade debatidos em seminário da UNESP.

[25] A afirmação de Saint-Pierre referente à agricultura indígena na América do Sul não corresponde à evolução da agricultura orgânica na Europa. Por exemplo, em Espanha, 10% da área agrícola deste país já é orgânica (em 2021) e ultrapassa 2,4 milhões de hectares em 2020. O Pacto Verde Europeu tem como objectivo destinar 25% das terras agrícolas à produção orgânica até 2030. https://www.agrolink.com.br/noticias/html, cessado a 27/4/2022. A falta de representatividade pode ser discutível, segundo o que se entenda por representatividade.

[26] https://www.fao.org/family-farming/detail/es/c/454156/, acedido a 26 de Abril de 2022.

[27] "Existem mais de 500 milhões de fazendas familiares no mundo e, além de produzir 80% dos alimentos do mundo, muitas delas podem e desempenham papéis fundamentais na preservação da biodiversidade e representam o primeiro passo para a transformação rural … As múltiplas estratégias de renda e de subsistência geradas pela agricultura familiar desempenham um papel crítico nos sistemas agro-alimentares". https://portalods.com.br/noticias/plataforma-para-agricultura-familiar/. Acedido a 26 de Abril de 2022.

[28] *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.*

[29] Serviços prestados por terceiros (de fora da família), como, por exemplo, trabalho (mais de 50% das jornas realizadas, mecanização, pulverizações, comercialização, venda de insumos, etc.).

ou com um empregado permanente e número médio de empregados temporários menor ou igual a três; d) com área total menor ou igual a quinhentos hectares para as regiões Sudeste e Sul e mil hectares para demais regiões"[30]. Em Moçambique, é considerado de sector familiar/pequeno produtor aquele que cultiva menos de 10 hectares de terra de sequeiro ou 5 hectares de terra irrigada, tem menos de 10 cabeças de bovinos, menos de 50 ovinos, caprinos e suínos, menos de 5.000 aves e menos de 149 árvores diversas. Em Moçambique, as explorações com mais de 50 hectares são consideradas como grandes explorações (produtores) - 10% do limite do agricultor familiar no Brasil. É fácil constatar a grande diferença de critérios conforme os contextos, o que implica, necessariamente, grande indefinição do mesmo conceito.

Não existem, nem podem existir, em consequência de contextos históricos, políticos, económicos e sociais, com dinâmicas de mutação constantes em processos evolutivos das sociedades e do capital, delimitações claras sobre o que é o camponês e as transições para o sector familiar, pequeno produtor de mercadorias, semi-assalariado/proletário.

Coloca-se a questão se o camponês, ao ser um "guardião" na natureza, resulta da necessidade da sua preservação e reprodução a longo prazo, como unidade política, social e económica, no suposto de não se verificar a integração no mercado e/ou ocupação noutras actividades económicas e sociais. As técnicas de produção, considerando os meios de produção disponíveis, são preservadoras do solo, do ambiente e produz alimentos saudáveis, porque foram produzidos sem máquinas nem agro-químicos, não contribuindo para a poluição da terra, água e ar.

O camponês deixa de ser "guardião da natureza", das sementes, da floresta, etc.[31], quando sai do seu meio "tradicional" de vida (espaço habitado intergeracionalmente (por famílias, clãs, etnias…), geralmente por razões forçadas (reassentamentos, conflitos, penetração do capital, seja agrário, como comercial, industrial, turístico, etc.). Umas vezes, retira-se, ou é retirado, do seu ambiente natural com o qual possui relações materiais, produtivas, espirituais e simbólicas que configuram sentimentos de pertença com o espaço e a necessidade de assegurar a sobrevivência de futuras gerações. Quando isso acontece, o camponês passa de "guardião" a agressor. Disputa/conflitua devido à ocupação de terras[32], desmata para abrir novos campos agrícolas e obter rendimentos de produtos florestais, pratica a mineração artesanal, assalaria-se em empresas agressoras do ambiente e extractivistas, entre outras actividades que o retiram da categoria de "camponês", no seu sentido lato.

Sendo a terra e o trabalho factores relativamente fixos (rígidos), o aumento da produtividade apenas acontece com mudanças nos sistemas de produção (por exemplo, rotação de culturas) e utilização de materiais locais para a conservação dos solos (estrume, folhas de árvores, etc.), cujas possibilidades de aumento da produção terminam por ser limitadas e não competitivas. Esta limitante só é possível quando existe a manutenção quase que absoluta do autarquismo[33]. O aumento da produção supondo a integração no mercado implica alteração dos sistemas de produção e a inclusão de factores de capital. Por estas razões, a agro-ecologia e a soberania alimentar constituem, sobretudo, filosofias de anti-sistema, que implicam resistências camponesas face à penetração do capital, às mudanças de modos de vida e à rejeição de autoridades e de instituições (o Estado)

[30] Feitosa, Antônio Maurílio Alencar (2011). *Agronegócio. A Agricultura e a Agricultura Familiar.* Universidade de Montes Claros. Unimontes. Brasil.

[31] A literatura indica estas designações, conforme o enfoque dos textos.

[32] Mandamule (2020) verificou a existência de conflitos entre famílias nativas e migrantes no distrito de Nhamatanda. Mandamule, Uacitissa (2020). *Senhor, passar para onde?" Estrutura fundiária e mapeamento de conflitos de terra no distrito de Nhamatanda*. Observador Rural, Nº 86. Observatório do Meio Rural.

[33] O autarquismo é um conceito utilizado a vários níveis, sendo inclusivamente uma filosofia política próxima ao anarquismo. Neste caso, autarquismo de comunidades rurais é utilizado no sentido do seu isolamento consciente/resistente dos sistemas políticos, possuindo capacidade de produzir e consumir o que as famílias necessitam e com modos de vida de autorreprodução de costumes.

Em resumo, nas diferentes aproximações ao conceito de camponês, tem como base ser uma unidade sócio económica, assente na produção maioritariamente destinada ao auto consumo, com diversos e multifacetados graus de relações com o mercado em condição de subalternidade com o capital. O conceito inclui, as diferentes relações sociais e de poder dentro da família e com a sociedade (primeiramente dentro das comunidades, os sistemas clânicos e tribo-patriarcais considerando a autarcia (localismo), das relações e dos factores de reprodução), a diversidade de relações com a natureza, procurando retirar dela parte dos meios de vida de modo sustentável ou predador. Um extenso debate persiste sobre se o camponês é uma classe social "em si" e "para si", procurando estudar o seu contributo nos diferentes processos produtivos e de transformação social, e no seu posicionamento revolucionário/conservador. As grandes diferenças na instrumentalização do conceito de camponês quanto à delimitação da actividade produtiva diluíram o próprio conceito, sujeitando-o a críticas diversificadas.

Não existe consenso sobre se os camponeses constituem uma classe social dentro da teoria marxista, seu papel nos diferentes tipos de revolução, lutas nacionalistas e movimentos reivindicativos de direitos e, conforme os contextos, acerca dos processos de integração no, e resistência ao, mercado como produtor de excedentes ou assalariado, nas suas relações com a natureza e os modos de vida individual e de grupos (clã, etnia, etc.) e de poder, nem sobre os processos de transição de camponês para outras formas de integração e resistência ao capital, nas suas variadas manifestações.

Ecologia e segurança alimentar

A agricultura ecológica é um conceito semelhante ao da agricultura de conservação, cujas características principais são a agricultura orgânica diversificada, "os produtos são cultivados com o intuito de garantir o equilíbrio ambiental, sobretudo do solo. Para isso, utiliza técnicas de baixo impacto ambiental com foco na sustentabilidade e na conservação dos recursos naturais". Um objectivo da agricultura orgânica é garantir a qualidade dos alimentos, assegurando a saúde dos consumidores e eliminando os impactos da produção rural. "Outro objectivo é preservar ou melhorar a biodiversidade, reforçar os meios de subsistência rural e desenvolver a agricultura de forma sustentável, produzindo em harmonia com a natureza, levando em consideração os serviços ambientais. A agro-ecologia é o desenvolvimento da agricultura sustentável, com o uso de práticas que incluem as questões culturais, políticas, sociais, ambientais, energéticas, entre outras, optimizando as culturas e os agro-ecossistemas. Existem estudos[34], que englobam várias áreas de conhecimento, inclusive levam em consideração os saberes populares e tradicionais, visando diminuir os danos causados à natureza, pela prática de monoculturas, transgénicos, agro-tóxicos e fertilizantes minerais".[35]

Existe um crescente movimento ecologista que ganha mercado, todavia de pequena escala, não só em consequência dos volumes de produção, como da produtividade/rentabilidade, e, ainda, porque os preços ao consumidor são, geralmente, mais elevados que os semelhantes não-ecológicos. Estes factores podem sugerir que são as classes médias e altas conscientes que consomem estes bens e se integram em movimentos ambientalistas e ecologistas. Existem importantes estudos de natureza política sobre as classes sociais, no quadro dos novos movimentos democráticos ou de esquerda envolvidos na agricultura ecológica, acerca da massificação no sistema agro-alimentar (desde a produção à distribuição), de inovações tecnológicas que possibilitem maior produtividade e escala de

[34] Veja, por exemplo, Altieri, Miguel (1998). *Agroecologia A dinâmica produtiva da agricultura sustentável*, Chambers R. (1983). R. *Rural development: putting the last first*. London: Longman e Toledo, V. M.; Cararbias, J.; Mapes, C.; Toledo (1985). C. *Ecologia y autosuficiencia alimentaria. Mexico: Siglo Veintiuno*.

[35] https://www.infoescola.com/ecologia/ecoagricultura/

produção, e das estruturas dos mercados alternativos (movimentos do "comércio/preço justo"[36]) e de educação alimentar.

Na Europa, no âmbito da Política Agrária Comum (PAC), emerge o que se designa por agricultura biológica que estimula a "gestão responsável dos factores de produção, como os pesticidas e os fertilizantes" (aspas do autor). Para assegurar ou incentivar estas práticas, a PAC contém um conjunto de medidas e incentivos. Estas medidas "amigas do ambiente" da PAC procuram integrar-se na transição. Para além dos objectivos mencionados, a UE pretende reduzir os efeitos do modelo da PAC produtivista, intensiva em capital, não inclusiva, provocando a desertificação humana de amplos territórios da Europa, forte emissão de gases tóxicos e contaminante do solo, água e ar. Foi essa agricultura produtivista que fez a UE combater a fome do pós-II Guerra Mundial e tornar-se o segundo maior produtor de alimentos. A agricultura ecológica da UE está baseada numa perspectiva tecnológica (sensível ou respeitadora do ambiente) e é diferente do conceito original de agricultura biológica. Esta pressupõe a não agressão ambiental, da biodiversidade e reprodução natural, enquanto, a segunda, permite, inclusive, a agressão ambiental até determinados limites ou é acompanhada de medidas correctivas.

Porém, o ecologismo, que é simultaneamente uma forma de produção e de vida, enfrenta o dilema entre ser uma manifestação consciente anti-penetração do capital e a absorção pelo capital, transformando sistemas e lógicas produtivas ecológicas.

Os defensores do agro-ecologismo procuram também resistir às cadeias de valor do sistema agro-alimentar (agro-negócio, grande distribuição e *fast food*), que impõem a qualidade, apresentação uniformizada do produto, regularidade de fornecimento e são dominadas pelas multinacionais.

> "A soberania alimentar é um conceito diferente da segurança alimentar. Os conceitos de segurança alimentar e de soberania alimentar opõem-se na medida em que o primeiro conceito é a necessidade de garantir o acesso a alimentação de qualidade (que atenda às necessidades nutricionais), enquanto a soberania alimentar está muito ligada a questões de soberania económica e política, é a garantia de que um povo possa produzir alimentos à sua maneira e da sua escolha sem depender de poderes externos.
> (…)
> "A soberania alimentar é, assim, um conceito que é uma alternativa clara ao conceito de segurança alimentar, porque a segurança alimentar não diz nada sobre os termos e condições em que os alimentos são produzidos, e é, neste conceito, vital saber que alimentos são produzidos, quem os cultiva, onde e como esses alimentos são produzidos, a escala da produção de alimentos, bem como os impactos ambientais e na saúde da produção de alimentos (Patel 2009).[37] (…) A segurança alimentar nada diz sobre as estruturas desiguais e políticas que têm destruído os meios de subsistência e o meio ambiente e, assim, têm produzido alimentos que podem não ser saudáveis e de modo agressivo ao ambiente. Em contrapartida, a soberania alimentar oferece uma ideia alternativa à maior integração vertical da agricultura e à sua dominação pelas transnacionais agro-alimentares globais, o que é visto, por muitos defensores, como forma para explorar camponeses e trabalhadores e concentrar e execer o poder económico e político de modo antidemocrático. Em vez disso, os defensores da soberania alimentar

[36] "O comércio justo é uma prática que surgiu na década de 1960, na Europa Ocidental, com o objectivo de implementar relações mais igualitárias a favor dos produtores desfavorecidos do Sul. Desde então, criaram-se associações, lojas, federações de cooperativas de produtores, empresas privadas, todas aderindo ao movimento. O principal objectivo do movimento sobre o comércio justo, é garantir aos pequenos produtores agrícolas e artesanais um acesso mais directo ao mercado para os seus produtos, em condições mais justas e equitativas". Cary, Paul /S/ data). "Comércio justo e a reinscrição da economia: as dimensões políticas do comércio justo". *Estudos de Sociologia*, da UFPE, Vol. 10, N. 1,2, p. 107- 122.

[37] Patel, R. (2009) 'What does food sovereignty look like?', *Journal of Peasant Studies* 36 (3): 663–706.

argumentam que o sistema alimentar precisa ser baseado numa agricultura descentralizada, onde a produção, processamento, distribuição e consumo são controlados por pessoas e suas comunidades. Desta forma, a soberania alimentar oferece uma visão de um sistema alimentar alternativo, e esta visão tornou-se, em menos de 20 anos, um movimento global''.[38]

No contexto das vertentes políticas dos conceitos, os movimentos sociais actuais relacionados com o ambiente, animais, alimentação, opções sexuais e outras, têm todos legitimidades identitárias e de defesa de direitos e liberdades; porém, em termos marxistas e de divisão da sociedade em classes, estes movimentos segmentam o que poderiam ser as classes desfavorecidas ou subalternam-nas aos sistemas capitalistas e a regimes autoritários ou de democracia de partido único. Se assim for, estes movimentos, em termos de transformação política de regimes, terminam por ser funcionais com o "*establishment*" dominante e não provocadores de rupturas de sistemas e regimes políticos e de modos de produção. Pode-se mesmo considerar que estes movimentos têm maior representatividade nas classes médias e nas pequenas burguesias afastando-os, assim, do seu pretenso carácter revolucionário natural.

Com o risco de repetição do referido em parágrafos anteriores, Abbas *et al.* (2022) sintetizam o conceito de soberania alimentar do seguinte modo: "A soberania alimentar é o direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados produzidos através de métodos ecologicamente correctos e sustentáveis, e o seu direito a definir os seus próprios sistemas alimentares e agrícolas. A soberania alimentar coloca as aspirações e necessidades daqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no centro das políticas e sistemas alimentares, e não nas demandas dos mercados internacionais e das empresas. Defende os interesses e a inclusão das gerações futuras. Oferece uma estratégia para resistir e desmantelar o regime comercial e alimentar corporativo, e orientações para os sistemas alimentares, agrícolas, pastorais e pesqueiros serem determinados pelos(as) produtores(as) e consumidores locais e nacionais. A soberania alimentar prioriza as economias e mercados locais e nacionais, e empodera os(as) camponeses(as) e os(as) produtores(as) familiares - agricultura, pesca artesanal, pastoreio - e promove a produção, distribuição e consumo de alimentos com base na sustentabilidade ambiental, social e económica. A soberania alimentar promove o comércio transparente que garante rendimentos justos a todos os povos, bem como o direito de os consumidores controlarem a sua alimentação e nutrição. Garante que os direitos de uso e gestão das terras, territórios, águas, sementes, gado e biodiversidade sejam detidos por aqueles que produzem os alimentos e sejam protegidos pelos Estados. A soberania alimentar implica novas relações sociais livres de opressão e desigualdade entre homens e mulheres, povos, grupos raciais, classes sociais e económicas e gerações (Declaration of Nyéléni, 2007)".[39]

Para os agro-ecologistas, numa perspectiva de longo prazo, o camponês estabelece relações de equilíbrio com a natureza, mantendo a sustentabilidade e diversidade ecológica como condição de reprodução das condições naturais de sobrevivência. Estes equilíbrios entram em ruptura com a penetração do capital, principalmente pela ocupação da terra, o assalariamento e a modernização da agricultura, que se realizam principalmente nas unidades familiares economicamente mais competitivas ou alargando a fronteira agrícola[40]. Silva referia que o alargamento para novas áreas agrícolas implicava a redução da floresta, da savana e outras formas de cobertura do solo, e é realizada pela expansão do

[38] Akram-Lodhi Haroon (2013). *How to Build Food Sovereignty. Food Sovereignty: A Critical Dialogue*. International Conference. Yale University. Setembro 2013.

[39] Máriam Abbas, Boaventura Monjane, Isidro Macaringue, Mateus Costa Santos, René Machoco, Vanessa Cabanelas (2022). SISTEMAS ALIMENTARES EM MOÇAMBIQUE: Rumo a uma Política Alimentar Nacional. AFSA, Alternativa, JA, SEA, OMR e UNAC. Edição do OMR.

[40] Silva, José Graciano da (1982): *A Modernização Dolorosa. Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil.* Rio de Janeiro, Zahar Editores.

capitalismo agrário, atravessando fronteiras de dois ou mais países, ou por camponeses pobres em busca de terra para a sobrevivência.

No entanto, os camponeses possuem uma relação de oportunidade e utilitária com a natureza, no sentido de, simultaneamente, extrair e conservar os ecossistemas em contextos de equilíbrio. Esta dualidade (extracção e conservação) pode ser alterada em situações de desequilíbrios (crise económica, pobreza, conflitos, migrações forçadas, etc.) podendo o camponês transformar-se de "guardião" em agressor da natureza. Nestas circunstâncias o camponês extrai recursos para a sobrevivência, como, por exemplo, desmatação para comercialização de produtos florestais, sobre exploração da terra, actividades de garimpo, entre outras.

1.3 Camponeses e revoluções

Para Wolf (1984)[41], o "campesinato jamais deixará de lutar ferozmente para se manter na terra, embora duplamente ameaçado pelas pressões da comercialização, vindas de cima, e pelas perspectivas de miséria, vindas de baixo". Este aspecto fundamenta a posição dos marxistas de considerar a natureza "inconstante" do camponês, considerando-o, por isso, em linguagem de classes, como pequeno-burgueses.

Nos sistemas socialistas/comunistas, iniciados na ex-União Soviética, o *kulak*[42] era uma classe de camponeses ricos, latifundiários que possuíam terra privada e assalariavam trabalho, sendo, por isso, considerados como a burguesia rural, contrária à socialização do campo, dos meios de produção e à revolução. "Os camponeses *kulaks* foram resultado da reforma de Stolypin introduzida em 1906, com o intuito de criar um grupo de agricultores prósperos que apoiariam o governo do czar. Posteriormente, na década de 1930, os *kulaks* foram alvo das políticas de colectivização do campo realizadas por José Estaline, que acreditava serem eles o último bastião do capitalismo no campo".[43] Existiu forte repressão sobre os *kulaks*, de forma a eliminá-los enquanto agricultores privados, conhecida também como o processo de "deskulakização"[44].

Os camponeses tiveram um papel importante na revolução bolchevique de Outubro de 1917, como sodados e em revoltas nos centros urbanos (como a revolta à servidão feudal). Anteriormente, os camponeses tinham protagonizado várias rebeliões[45] e sempre tiveram atitudes radicais (revolucionárias), como observa Wolf (1984, versão digital[46]). Porém, depois da vitória bolchevique,

---

[41] Wolf, Erik R. (1984). Guerras camponesas no século XX. Global Editora, São Paulo. Em Cunha, Ob. citada, pp. 80.

[42] Em Maio de 1929, um decreto formalizou a noção de 'família *kulak*', segundo o qual qualquer um dos seguintes critérios definia uma pessoa como *kulak*.

- Utilização de mão de obra contratada.
- Propriedade de um moinho, ... máquina de fabricação de manteiga, outro equipamento de processamento ou uma máquina complexa com motor.
- Aluguer sistemático de equipamentos ou instalações agrícolas.
- Envolvimento em comércio, empréstimo de dinheiro, corretagem comercial ou "outras fontes de renda não trabalhistas". Em https://pt.wikipedia.org/wiki/cúlaque. Em 21/04/2022.

Os *Kulaks*, por isso, foram alvo de "deskulakização", sendo enviados para regiões inóspitas e cujas terras eram extremamente improdutivas, o que terá ocasionado a morte de 6 milhões de camponeses, segundo relato de Aleksander Soljenitsin. Fontes oficiais soviéticas estimam em 700.000 o número de vítimas.

[43] Ibidem.

[44] A solução para anular a influência económica e política da anti-colectivização da agricultura dos *kulaks* foi **"**transferi-los para terras inferiores e longe do local onde moravam ou detê-los e enviá-los para campos de trabalho forçado. Esse processo de ataque aos *kulaks* ficou conhecido como "deskulakização**"** e fez com que, só em 1933, cerca de 2,5 milhões de pessoas tenham sido alvo do Estado soviético". Em https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/revolucao-russagoverno-stalin.htm. Cessado a 27/4/2022.

[45] Como, por exemplo, a Rebelião Pugatchev (1773-1775), que contou com a participação de milhares de camponeses e só foi derrotada pelo exército czarista depois de muita luta.

[46] Wolf, Erik. As guerras camponesas do século XX. Editora Global, 1984 [versão digital, São Paulo.

Lenine afirma: "São precisos dezenas de milhares de proletários avançados, temperados, suficientemente conscientes para explicar as coisas aos milhões de pobres em todos os confins do país e para se pôr à cabeça destes milhões; suficientemente firmes para afastar e fuzilar implacavelmente todo aquele que «se deixe seduzir» — acontece — pelas seduções da especulação e se converta de combatente da causa do povo em saqueador; suficientemente firmes e fiéis à revolução para suportar organizadamente todo o peso da campanha em todos os confins do país para instaurar a ordem, para reforçar os órgãos locais do Poder Soviético, para velar localmente por cada *pud* de trigo, por cada *pud* de combustível. (Lenin, 1978)[47]. Em resumo, o campesinato russo foi "útil" ou instrumentalizado pela "vanguarda operária" e, depois, passou-se a uma fase de marginalização do campo e dos camponeses[48].

Mao Tsé-Tung, nas especificidades da sociedade chinesa, reforçou a ideia de que o campesinato era a principal força de apoio, por ser a composição social maioritária daquele país, onde a classe operária e os intelectuais tinham uma importância residual[49]. Porém, possivelmente numa alteração instrumental desta concepção, devido ao peso demográfico e à estrutura de classes chinesa, esta visão foi alterada pelo próprio Mao, quando afirmou: "É preciso rectificar imediatamente todos os comentários sobre o movimento camponês e corrigir, o quanto antes, as medidas erradas que as autoridades revolucionárias tomavam em relação a ele…''[50]. Mao afirmou e realizou a constituição do Exército de Libertação Popular, integrado maioritariamente por camponeses[51]. No quadro da guerra civil chinesa (1946-1949) as forças comunistas tinham maior força no campo, enquanto as do Kuoumitang[52] eram mais fortes nas cidades. Mao estabeleceu a estratégia de cercar as cidades como forma de desestabilizar as forças do Kuomitang e, assim, penetrar, tanto militar, como politicamente, no que os comunistas chineses consideravam o bastião dos reaccionários.

Na Tanzânia e Etiópia (1974) optou-se pela "aldeialização" de camponeses sob regimes autoritários e centralizadores que forçaram os camponeses a juntarem-se/aglomerarem-se, tendo como objectivos principais a colectivização (mantendo parcelas individuais) e a introdução da tecnificação para aumento da produção e facilitação da prestação de serviços públicos. As aldeias foram, ainda, uma forma de controlar, social, política e ideologicamente, a população e reforçar os poderes instituídos, eliminando os poderes das estruturas "tradicionais" locais e a consequente penetração da influência do poder instituído. As aldeias foram, de algum modo, uma aproximação às comunas chinesas, incluindo no discurso de "povo" (e não a abordagem clássica de classes marxista), na tentativa de criar a "unidade" nacional (discurso proto-nacionalista) e a defesa contra os inimigos (internos e externos).

[47] Vladimir I. Lenine (1978). Os Bolcheviques devem tomar o Poder. Obras Escolhidas em Três Tomos. Edições Avante.

[48] A repressão e o controle dos preços e da obrigatoriedade de entrega ao Estado de grande parte da produção dos camponeses ("requisição compulsória"), resultou num largo período de fome, estimando-se que tenha havido entre 6 e 8 milhões de mortes. https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=fome+uni%C3%A3o+sovi%C3%A9tica. A fome resultou de uma sucessão de factos, como uma grande seca e a II Guerra.

[49] Mao Tsé-Tung mostrou, em determinado momento, uma certa resistência à incorporação do campesinato como classe capaz de empreender um projecto revolucionário, especialmente devido ao seu carácter pequeno-burguês; aspecto este que sempre permeou algumas correntes teóricas marxistas.

[50] Tsé-Tung, Mao (1985). *Política*. Organização de Eder Sader. São Paulo: Ática. Em Paulo Ribeiro da Cunha (2005), O campesinato, *A teoria da organização e a questão agrária: apontamentos para uma reflexão.* Revista NERA, ano 8, n.7.

[51] "A fome, a exploração brutal e a repressão aos camponeses, que se juntavam aos movimentos de revolta e sublevação, deram origem a uma situação insustentável, que transformou a zona rural das províncias do interior da China num ambiente marcadamente violento .." - Veja mais em https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/china-republicana-2-camponeses-abrem-caminho-para-a-revolucao.htm?cmpid=copiaecola.

[52] O Kuomitang foi o movimento republicano conduzido pelo Partido Nacionalista da China. O partido foi liderado pelo militar Chiang Kai-shek, que tentou, a todo o custo, unificar a China, com a formação de um governo nacional. Para concretizar essa tarefa, os republicanos que integravam o Kuomitang combateram incansavelmente os comunistas e os "senhores da guerra" (que foi a denominação dada aos proprietários rurais que haviam formado exércitos regionais para manter o controle político e económico nos seus respectivos domínios territoriais) - Veja mais em https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/china-republicana-1-chiang-kai-shek-e-o-dominio-do-kuomintang.htm?cmpid=copiaecola.

2. O CAMPESINATO EM MOÇAMBIQUE: UMA PERSPECTIVA DE LONGA DURAÇÃO

2.1 Introdução

Nesta secção procura-se discutir as formas de colonização nas suas componentes de ocupação político-administrativa e económica, com ênfase para o meio rural, e como foram conduzidos os processos de transformação (integração, resistência e absorção) dos camponeses/pequenos produtores, resultantes da ocupação político-administrativa e da penetração das diferentes formas do capital, considerando os contextos históricos. Este trabalho centra-se no período a partir de meados do século XIX e enquadra-se na reestruturação e transformação da economia portuguesa, sobretudo após a instauração do Estado Novo, em 1933 e, posteriormente, depois de meados do século XX, com o crescimento do capitalismo em Portugal[53] e o nacionalismo económico de Salazar e a intensificação da produção de bens para a industrialização em Portugal. É ainda considerado o contexto regional nas relações com a África do Sul e a Rodésia de Sul, principalmente no que respeita às emigrações das zonas Sul e Centro, respectivamente. Considerando as formas de colonização, os regimes políticos, as actuações do capital e, por outro lado, a resistência, contestação e integração dos camponeses no quadro das políticas económicas e agrárias, adoptaram-se os seguintes períodos: Dos primórdios da colonização até à Conferência de Berlim (finais do século XIX), depois, até 1930 do século XX, imediatamente após a implantação do Estado Novo em Portugal, seguindo-se o período do que se pode designar de colonialismo tardio, (derivado do processo de industrialização em Portugal e o seu estágio de capitalismo tardio), quando aconteceram importantes reformas políticas e económicas e a luta de libertação nacional. Segue-se o período "socialista" e termina-se com a liberalização da economia.

2.2 O início da colonização: os processos de desestruturação do camponês

Os prazos da Coroa, entre os séculos XVII e XIX, e, depois, as companhias majestáticas[54] e arrendatárias resultaram da incapacidade económica de Portugal em ocupar e colonizar os seus territórios coloniais. A partir de finais do século XIX, deixaram de existir os prazos da Coroa e foram atribuídas às companhias majestáticas grandes extensões de território na Niassa, Zambézia, Tete e em Sofala, que vigoraram até 1930[55]. Os prazos eram a atribuídos a vassalos portugueses (da metrópole) ou de origem goesa[56] (a maioria), que controlavam os respectivos espaços através de alianças com líderes de etnias locais, possuindo pessoas militarizadas (os "*achicunda*" ou *chicundas*, plural de "*chicunda*"), designados de

[53] É designado tardio porque implicou a colonização económica mais intensiva nas colónias, caracterizado por reformas políticas e económicas nas colónias para responder ao crescimento em Portugal. Mosca, João (2007): "Salazar e a Política Económica do Estado Novo". *Lusíada. História*, Série II, Número 4, pp. 339-364. Em resumo, afirma que o desenvolvimento do capitalismo em Portugal, impulsionado pelos sectores industriais têxtil, naval e outros, reestruturou a política económica e as hierarquias sociais. Os latifundiários do Alentejo perderam influência política a favor da nova elite industrial e bancária. O crescimento industrial em Portugal demandou mais matérias-primas forçando, deste modo, uma maior intensificação do capital nas colónias.

[54] As companhias majestáticas resultaram dos prazos. Porém, estas foram constituídas essencialmente por capitais não-portugueses. Leite apresenta uma síntese das três companhias (Moçambique, Zambézia e Niassa), em Leite, Joana Pereira (2000): "A Formação da Economia Colonial em Moçambique. Pacto Colonial e Industrialização: Do Colonialismo Português às Redes Informais de Submissão Mercantil, 1930-74". Em *Estudos de Desenvolvimento. África em Transição*. UTL, ISEG, CEsA. TRINOVA, pp. 39-51.

A partir de finais do século XIX, constituíram-se três companhias: Moçambique, Zambézia e Niassa, cobrindo, respectivamente, os actuais territórios das províncias de Manica, Sofala e Tete, da Zambézia e das províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delgado. Cerca de dois terços do território de Moçambique ficaram sob a soberania destas companhias. Para uma leitura mais desenvolvida, veja Mosca, João (2005). *Economia de Moçambique, século XX*. Editora Piaget. Lisboa.

A zona Sul do país ficou sob administração directa do Estado colonial, o que introduziu importantes matizações na estruturação da economia de Moçambique.

[55] Cross, Michael (1994): "O Capitalismo colonial e a força de trabalho. A economia política nas plantações de chá do Norte de Moçambique 1930-1975". *Revista Internacional de Estudos Africanos*, N^{os} 16 e 17, pp. 131-154.

[56] A terra era concedida "a pessoa do sexo feminino europeia[56], casada com colono europeu, com obrigação de o casal residir nela e cultivá-la". Capela, José (1995): *Donas, Senhores e Escravos*. Porto: Afrontamento. Existe um debate sobre o conceito de prazo entre Alexandre Lobato, Allen Isaacman, que Capela procura interpretar na obra citada.

"caça escravos"[57], inicialmente chefiados por cidadãos da colónia de Goa que, conforme refere a designação, obrigavam pessoas de outras zonas da Zambézia, Sofala, Tete e ao longo do rio Zambeze, a ir para o trabalho agrícola, construção de obras públicas e militar, instaurando-se uma relação de tipo esclavagista/feudal em combinação funcional, através de alianças com algumas organizações/hierarquias locais. O esclavagismo não aconteceu somente na relação colono-população local. Segundo Capela, os chefes locais praticavam e comercializavam escravos.

Na realidade, "a Zambézia, bem como a maioria de Moçambique, foi conquistada por africanos a soldo dos portugueses e goeses[58]. Existia um "complicado e secular jogo de alianças com algumas das classes dominantes locais em troca de diferentes produtos[59], conforme as fases históricas, e desde que o relacionamento com os mercadores representasse um reforço de poder e militar para as classes dirigentes locais". [60]

Para além da ocupação política (de "soberania"), os prazos tinham, como base económica, a produção e aquisição de bens agrícolas e o negócio do ouro do Monomotapa, que era comercializado no vale do rio Zambeze, sobretudo na actual cidade de Tete e vila de Sena, e chegava ao porto de Quelimane por via fluvial. Os tráfegos de marfim e ouro[61] aconteceram igualmente no Sul de Moçambique, a partir do Monomotapa e igualmente na fronteira (actual província de Manica).[62] As disputas coloniais aconteceram nos territórios dos prazos: "Em 1890, no vale do Rio Chire, contra os "*macololo*", é desencadeada a campanha que provocaria o *Ultimatum* da Inglaterra a Portugal[45]. Por *macololo* eram designados povos a montante do Rio Ruo e que se dizia serem descendentes dos acompanhantes de Livingstone aí fixados em meados do século"[63].

Muitos prazeiros casaram ou juntaram-se maritalmente com senhoras locais tendo estas assumido, consequentemente, poderes superiores aos da população local, pelas suas relações com o prazeiro, português ou goês. Foram também atribuídos prazos a senhoras, inicialmente goesas, sendo elas proprietárias de terras dos prazos[64].

[57] Os historiadores são unânimes em considerar que o tráfego de escravos é anterior à presença portuguesa. Mercadores de outras potências coloniais e árabes já exerciam esta actividade. Existiram também relações de produção intra e entre etnias passíveis de se classificarem como de esclavagistas.

[58] Capela, José (1991): "O apriorismo ideológico na história de Moçambique". Em *Moçambique, 16 anos de Historiografia*. Maputo, colecção Painel Moçambicano, pp.73-78.

[59] "Artigos de consumo, pólvora e armas de fogo, eram as principais mercadorias utilizadas na troca por escravos, naturalmente que tudo em contrabando", Capela (1993). CAPELA, José (1993): *O Escravismo Colonial em Moçambique.* Porto: Afrontamento.

[60] Sobre este aspecto, Capela (obra citada) é claro: "… E a resistência, muitas vezes, não o era a essa ocupação, mas ao despojamento de privilégios de classe. Quando a ocupação respeitou os privilégios da classe ou do segmento dominante, beneficiou da sua colaboração. A resistência não foi nacionalista. Foi classista".

[61] "Estes metais, e o ouro em particular, eram trocados através do comércio com os árabes (até ao começo do século XVI), por algodão, seda, missangas, pérolas pequenas, porcelana, drogas medicinais, perfumes, etc. (...). Não era, contudo, a comunidade alemã que realizava estas trocas, mas uma casta especializada - os comerciantes - muitas vezes funcionários de um Rei vassalo ou do Monomotapa, que se deslocavam até aos lugares costeiros onde se encontravam os árabes: Mogadíscio, Melinde, Mombaça, 'Kilova, Ilha de Moçambique (cidade), Angoxe e Sofala. (…). O ouro do Império saía sobretudo por Sofala.
Parece que este trabalho nas minas tinha como finalidade a troca, visto que o ouro era canalizado essencialmente para a exportação a fim de obter, principalmente, bens de prestígio". Em Orta, José A. (1988). *O Império Zimbabwe-Monomotapa. Breve caracterização de uma sociedade tributária africana*. Análise Psicológica. Lisboa.

[62] "Os senhores dos prazos não tinham como fonte principal de rendimento o cultivo da terra, mas sim o comércio, o garimpo ou a mineração do ouro e os transportes no Zambeze". Em *Como as aringas de Moçambique se transformaram em quilombos*, de José Capela, acedido a 14/6/2022.

[63] Capela, obra citada.

[64] Terras emprazadas, normalmente por três vidas e passando de pais para filhos, dando-se para Moçambique, tal como para Goa, em alguns casos, a preferência da concessão a pessoas do sexo feminino, forma de atrair colonos pelo casamento com mulheres assim dotadas.

No âmbito deste estudo, pode-se constatar que os prazos introduziram importantes transformações ou acelerações de integração da população, sobretudo camponesa e de pequenos produtores de subsistência, nos mercados, cujos factores de mudança foram os seguintes: (1) a chegada e implantação de um sistema de governação do território com ocupação e expropriação de terras, apoiado por elites locais que organizavam ou recrutavam os "*achicundas*" para o trabalho e tráfego de escravos, seja na agricultura, como na defesa dos prazos, constituindo-se exércitos privados; (2) a colonização estabeleceu alianças com as elites locais – os régulos, explorando os conflitos entre elas, no caso, consequência da fuga de escravos devido, principalmente, a calamidades naturais e situações de fome, que se constituíam em assaltantes[65]; (3) o início da exploração colonial não tem como base produtiva a agricultura, mas, sim, o extractivismo de recursos naturais (minerais e fauna bravia - marfim) e sectores de serviços relacionados com os tráfegos; (4) o desenvolvimento retardado da economia portuguesa, que assentou a ocupação através de colonos goeses através da agricultura familiar (prazos concedidos a mulheres como forma de atrair colonos) e pela via da mestiçagem; (5) o desenvolvimento de sociedades baseadas em relações económicas, sociais e raciais/étnicas múltiplas, mesmo que com evidentes diferenciações económicas e políticas, com base na posse dos factores de produção e de riqueza contemporâneos.

Em resumo, pode-se afirmar que o sistema de prazos possuía uma base económica extractivista com relações de produção que combinavam as características esclavagistas e feudais. Estas características misturavam-se com as derivadas de confrontos militares e clânicos entre os povos nativos[66], agravadas por ocupações e lutas internas militares e e resistências diversas, e em situações de instabilidade provocadas por migrações forçadas, devido a choques climáticos que originavam conflitos entre os emigrados e os residentes, e entre os prazos. Desde o início da colonização, existiram as primeiras manifestações de contestação sob diversas formas dos prazeiros em relação a decisões da Coroa devido, por exemplo e principalmente, ao pagamento de impostos. A aceleração do comércio e a introdução da agricultura, a mestiçagem e as alianças com os régulos e reinos locais, alteraram, gradualmente, as estruturas sociais e políticas locais e o assalariamento ou extracção compulsiva do trabalho, introduziram alterações nas economias locais e uma desestruturação com absorção e/ou resistência dos modos de vida, de produção e de organização social.

Numa perspectiva de longa duração, mantêm-se, até à actualidade, a natureza extractivista da economia e os equilíbrios (alianças e conflitos) políticos e militares, internos e externos, e os choques climáticos. Outras características políticas e económicas, sobretudo as referentes ao tema deste trabalho, sofreram, posteriormente, transformações mais profundas, o que será abordado nas secções seguintes.

Já no século XX, iniciam-se, de forma ténue, as contradições entre o desenvolvimento das colónias e as imposições metropolitanas[67], por exemplo, numa divisão do trabalho entre Portugal e as colónias, os contractos dos mineiros para a África do Sul e o pagamento do seu trabalho em ouro a Lisboa, e

[65] Também existiram conflitos devido a invasões de territórios ocupados por etnias diferenciadas, como, por exemplo, as invasões de Gungunhana e do império de Barué. Os escravos resistiram à colonização em várias batalhas de defesa dos seus pontos fortificados. "A cobrança do imposto de palhota e outros factores provocaram revoltas constantes na Zambézia nas últimas décadas dos oitocentos. Escravos e colonos organizaram-se em bandos que assolavam o território". Capela, obra citada.

[66] Segundo o dicionário *online*, nativo significa, nomeadamente: "próprio do lugar onde nasce; oriundo de determinado local; falante nativo. Originário." https://www.dicio.com.br/nativos/, acedido a 16/6/2022.

[67] Veja os Planos de Fomento I (1953-1958), II (1959-1964) e III (1968-1973. "No I Plano e o II Plano (1959-1964) deu-se continuidade ao modelo de autarcia da ditadura liderada por Oliveira Salazar, no II Plano foi eleita a indústria transformadora de base como sector a privilegiar (siderurgia, refinação de petróleos, adubos, químicos…). Pela primeira vez, a política industrializadora é assumida sem ambiguidades, subordinando-se a agricultura que sofreria os efeitos positivos da industrialização. No III Plano de Fomento, a industrialização dominou o reforço de uma nova política económica do Estado Novo que confirmou a internacionalização da economia portuguesa, o desenvolvimento da indústria privada como sector dominante da economia nacional e a subsequente consolidação dos grandes grupos económico-financeiros, bem como o crescimento do sector terciário com o consequente incremento urbano". http://unidcom.iade.pt/designportugal/planos-de-fomento.html.

restrições no comércio externo com terceiros países[68]. Com a nova política económica do Estado Novo (sobretudo com o III Plano de Fomento-1968-1973), houve alguma abertura à entrada do capital externo, sobretudo para investimentos em infra-estruturas. A abertura económica foi muito devido às pressões internacionais e aos movimentos independentistas em África. Ademais, o crescimento rápido da economia na década de 60, exigia quadros e técnicos na administração pública e nas empresas que Portugal não possuía. Foram tomadas medidas de política interna, como o licenciamento de negócios para moçambicanos negros, inclusão em posições subalternas no aparelho administrativo, maior acesso escolar aos diferentes níveis de ensino. Em resumo a escassez de capital, de quadros e técnicos, o desenvolvimento capitalista nas colónias, a pressão internacional e os movimentos de libertação, forçaram Lisboa, também em processo de reformas, a introduzir mudanças políticas e económicas (sem deixar de ser nacionalista), para salvaguardar o ainda desejado império português.

2.3 As transformações significativas do campesinato

As companhias majestáticas tiveram, maioritariamente, origem em investimentos de capital não-português. Dedicaram-se a culturas de exportação, como o algodão, chá, copra e sisal. Estas companhias começaram a actuar em finais do século XIX e encerraram nos anos trinta e quarenta do século XX, passando esses territórios para a administração directa de Portugal.

As companhias passaram da fase de pagamento em espécie aos chefes e população local e, principalmente a troco de ouro, oriundo do império Monomotapa e de marfim, e exportação de escravos[69]. Posteriormente, as companhias produziam bens de exportação para a emergente indústria portuguesa, sobretudo o algodão.

As companhias necessitavam de grande quantidade de trabalhadores, maioritariamente em determinados momentos do ano (quando as operações culturais exigiam muita mão-de-obra não-qualificada), recrutados coercivamente, em zonas distantes da localização das plantações. Os trabalhadores sazonais viviam em acampamentos, em condições precárias de vida e com salários baixos. Esta prática implicava um assalariamento parcial (semi-proletários ou "semi-camponeses"/pequenos produtores), sem desenraizamento total do campo e da agricultura. Parte dos salários era transferida para as famílias e, em consequência do nível salarial e das condições de vida e alimentares nos acampamentos, a família mantinha a produção agrícola e enviava alimentos para o deslocado recrutado pela companhia[70]. As transferências monetárias contribuíram para a integração das famílias e da agricultura nos mercados, o que originou, a prazo, processos de diferenciação social de bases económicas pouco significativas. Como resultado, surgiram bolsas de mais pobreza e fome. Este foi dos primeiros círculos viciosos da pobreza.

O trabalho sazonal foi, até à década de cinquenta do século XX, em grande parte em regime obrigatório (o conhecido "*chibalo*") em que os administradores coloniais e os régulos se responsabilizavam em recrutar um dado número de pessoas para "entrega" às companhias, assim como para a construção de

[68] Sobretudo a partir de meados do século XX, o desenvolvimento do capitalismo em Moçambique e noutras colónias (principalmente Angola), entra em choque com imposições de Lisboa, aspecto que faz surgir, nessas colónias, um sentimento anti-metropolitano e embriões de organizações independentistas "*à lá Ian Smith*", que foi acelerada como contrapontos/alternativas ao movimento libertador da Frelimo e de outras forças nacionalistas ou anticoloniais.

[69] Ressalta-se que a escravatura é anterior à entrada da colonização por via dos prazos. Existia escravatura interna, entre clãs, resultantes dos confrontos militares e disputa de territórios, assim como por acção de outros povos, como os árabes e franceses (para as plantações das ilhas do Índico).

[70] "… ao capitalista convinha que a família camponesa não fosse destruída ou afastada, pois era ela que suportava a manutenção (período de não-emprego) e a reprodução (filhos, trabalhadores futuros) dos trabalhadores", o que permitia aos capitalistas a manutenção de salários baixos e a extracção de mais-valia. Serra, C. (1980). O capitalismo colonial na Zambézia. *Estudos Moçambicanos*, (1), 33-52

infra-estruturas. O Regulamento de Trabalho Obrigatório (RTI)[71] tornou obrigatório, para todos os homens, o trabalho assalariado durante seis meses por ano, à excepção de uma pequena minoria (intérpretes, guardas da administração, régulos e regedores, e sipaios)[72]. [73]

> "Qualquer trabalhador que se recusasse ao trabalho forçado, que não pagasse o imposto de palhota[74], que abdicasse da cultura do algodão em certas regiões do país, ou que, de alguma forma, manifestasse o mínimo de resistência ao colono, era imediatamente deportado para outras zonas da colónia e para São Tomé. O mesmo resultado se dava com acusações de tipo sexual (por exemplo, quando a patroa mascarava a violação, casos de relações sexuais conscientes com negros, para salvar a sua dignidade e o seu bom nome), assim como de "vadiagem" (quando um moçambicano era encontrado na rua sem motivo era preso e deportado pelas autoridades coloniais). Assim, a acentuação de punições por factos diminutos ou até inexistentes, transformou-se no meio mais eficaz para garantir o fluxo de deportados para São Tomé"[75], onde trabalhariam como escravos nas roças de cacau.

O trabalho migratório para a África do Sul e Rodésia do Sul tiveram impactos importantes sobre as economias e agriculturas na zona Centro e Sul do país. As remessas dos emigrados para as famílias, não só melhoraram as suas vidas, como permitiram a aquisição de meios de trabalho para a agricultura, sobretudo gado bovino e charruas. As diferenciações sociais foram, nestes casos, devidas, não somente aos rendimentos do assalariamento, como dos aumentos de produção e de áreas cultivadas e da posse de gado (principalmente bovino), mais profundas e sustentáveis, e assentes na produção agrícola. As migrações, inicialmente com recrutamento obrigatório, passaram a ser voluntárias devido aos benefícios daí resultantes e às reformas no regime colonial, pressionado pela comunidade internacional. Os emigrantes ganhavam estatuto social, tinham recursos para vários "*lobolos*[76]" e famílias mais alargadas que contribuíam com o trabalho agrícola, iniciando-se, nestes casos, uma reprodução ampliada de capital, dando espaço à auto-exploração familiar, onde o homem era o principal beneficiário. Este processo iniciou também uma nova hierarquia social, enquanto, simultaneamente, mantinha a base camponesa em transformação (ou em reestruturação)[77].

Paralelamente às plantações[78] (capital agrário), de bens de exportação (algodão, copra, sisal, chá, entre outras culturas) emerge, com importância, a rede comercial no meio rural. As companhias também possuíam lojas para venda aos trabalhadores de bens diversos e, simultaneamente, absorver os salários

[71] Regulamentava todos os aspectos relacionados com o trabalho "indígena".

[72] Pode-se considerar que estes moçambicanos constituíram uma parte dos processos de assimilação de moçambicanos.

[73] Judith Head (1980). "A Sena Sugar Estates e o trabalho migratório". Estudos Moçambicanos, Nº 1.

[74] O imposto de palhota ("*mussoco*" no vale do Zambeze, mas também a Norte do rio Pungué) começou a vigorar em 1887 por decreto do Ministério da Marinha e do Ultramar. O imposto era arrecadado pelas companhias e remetido para o Estado. Era pago em dinheiro, e, inicialmente, também em géneros ou espécie pelos moçambicanos ao régulo da respectiva área de jurisdição. O não-pagamento em dinheiro implicava o trabalho nas plantações ou em obras públicas. Como a economia camponesa de então estava pouco monetarizada, o pagamento era realizado com trabalho até ao montante em dívida. Santos, Maciel (2012). I*mposto camponês no Norte de Moçambique (1929-1939) – um cultivo forçado, factor de crescimento? CEAUP* - Centro de Estudos Africanos. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
O pagamento em dinheiro do "imposto de palhota" era uma forma obrigar o camponês a possuir moeda, pressupondo o seu assalariamento e consequente monetarização da economia camponesa e sua integração no mercado,
Entre 1904-1907, os distritos administrativos do Sul do Save (Lourenço Marques e Inhambane) representaram 94% do "imposto de palhota" directamente arrecadado pelo Estado na colónia.

[75] Luca Bussotti (2019). Marcas do Desterro. Moçambicanos deportados para São Tomé e Príncipe (1947-1961): história, estórias, actualidade. Revista Tempo e Argumento, vol. 11, núm. 27. Universidade do Estado de Santa Catarina. Brasil.

[76] Dote de casamento. Era pago, geralmente, num número variável de cabeças de gado bovino, um dos símbolos de riqueza.

[77] Na linguagem especializada, alguns autores (por exemplo, Judith Head, 1980, obra citada) classificam estes fenómenos como desestruturação da vida e da economia camponesa. O autor prefere os termos de transformação ou reestruturação, significando que, independentemente das mudanças, forçadas ou não, resultantes de processos de resistência e integração do campesinato face à penetração do capital, existem processos de ajustamento dos camponeses e pequenos produtores.

[78] Na sua maioria, as plantações resultam do fim e divisão das companhias majestáticas por capital de diferentes origens, incluindo as que constituíam as companhias que se transformaram em empresas em diferentes ramos de actividade.

fechando o circuito do dinheiro no local. A oferta cria novas procuras[79]/necessidades dos assalariados (sazonais ou em tempo inteiro ou recrutados sob a forma de trabalho forçado). A monetarização do campesinato aumenta reforçando a integração no mercado do trabalho.

Assim, "... as economias estavam, antes da colonização, numa fase de desenvolvimento pré-capitalista[80] (ou feudal/esclavagista/patriarcal), onde a maximização das funções de produção não possuía o lucro e os mercados como objectivos, mas, sim, a subsistência das famílias, a base alimentar, a reprodução de clãs/"regulados" chefes étnicos e de famílias, como unidades políticas, económicas e sociais a reproduzir. Os mercados formais, a moeda, os impostos pecuniários, o assalariamento, as técnicas europeias, etc., foram introduzidos bruscamente e, muitas vezes, de forma violenta, sem que fossem o resultado da evolução global das comunidades"[81].

Em resumo, as transformações do campesinato, a partir de finais do século XIX e até 1930, foram profundas, através de um sistema funcional entre o assalariamento e a monetarização das economias familiares com os modos de vida e de produção pré-coloniais e capitalistas. O assalariamento forçado, através das migrações, do trabalho obrigatório em regime de contractos, continha relações esclavagistas e de natureza feudal. A introdução do imposto de palhota, a manutenção da agricultura familiar e a resistência das pessoas, implicaram práticas violentas de fazer cumprir determinadas obrigações, algumas legisladas por Lisboa. Nas alianças entre o poder colonial e as hierarquias locais e *achicundas* (estes foram substituídos pelos sipaios, agora sob comando de naturais ou de goeses, e integrados na administração colonial). Surgiram os intérpretes, os guardas prisionais e os sipaios[82]. Apesar do aprofundamento das relações de produção, desde o período anterior até ao final do século XIX, existem continuidades, como sejam a extracção de valor através do trabalho, as alianças e conflitos entre os agentes coloniais e os poderes locais, a criação de excedentes de produção e a debilidade económica do país colonizador.

2.4 A intensificação do capital e as transformações agrárias e camponesas (1930 -1975)

Depois da tomada do poder por Salazar, o Estado Novo introduziu importantes alterações na política económica. O desenvolvimento do capitalismo em Portugal exigia uma crescente quantidade de matérias-primas e a ampliação do mercado para a colocação dos bens industriais, no quadro de uma política económica nacionalista[83] e de contenção do desenvolvimento nas colónias em função das necessidades do capitalismo em Portugal. No mesmo contexto, a emigração portuguesa para os países do Centro da Europa, Estados Unidos, Canadá e África do Sul foi, parcialmente, "direccionada" para as colónias[84]. A intensificação da capitalização da economia nas colónias e da imigração de colonos

[79] Conhecida pela lei de Say.

[80] Como referido no breve enquadramento teórico, o modelo de produção pré-colonial e até meados do século XIX era dominantemente de sistemas clânicos e tribo-patriarcais, considerando a autarcia (localismo) das relações sociais e dos factores de reprodução. As chefias militares dos grupos étnicos e a dominação destes sobre outros clãs e etnias impunham a prestação de pagamentos em espécies dos súbditos. Esta tradição permanece até ao momento.

[81] Mosca, João (1999) **-** *A experiência "socialista" moçambicana (1975-1986).* Lisboa: Editora Instituto Piaget.

[82] Força policial de recrutamento local ao serviço das administrações coloniais em divisões de terceira e quarto nível territorial.

[83] Salazar evitava o capital não-português, atrasando, com isso, o desenvolvimento capitalista das colónias. Diz-se que, quando soube que fora descoberto petróleo em Angola, a sua primeira reacção ficou expressa na seguinte expressão: "mais um problema". Segundo Hugon (1999: 38), o Pacto Colonial assentava em três pilares: (1) autonomia financeira, que obrigava as províncias a suportar os encargos de soberania, com uma centralização acompanhada de uma desconcentração; (2) a captação de divisas: Angola representava 50% do comércio externo das Províncias Ultramarinas e permitiu um *superavit* da balança de pagamentos portuguesa; (3) um comércio protegido: as grandes sociedades portuguesas, ligadas ao Estado, criavam barreiras à entrada de concorrentes não-portugueses". HUGON, Philipp (1999): *Economia de África*. Lisboa, Editora Vulgata.

[84] Chilundo (1999: 223), referindo uma observação de um oficial nativo da administração colonial, refere que em Malema, nos princípios dos anos 30 do último século, "não existe um único estabelecimento comercial. Ribaué tem duas lojas, mas fica muito longe de Malema, e, em todo o Cuamba, não há uma única amostra de loja"[84] Chilundo, Arlindo (1999): "O impacto da revolução dos transportes nas relações entre homens e mulheres na província nortenha de Nampula, Moçambique (1913-1961)". *Revista Internacional de Estudos Africanos*, N^{os} 18-22, pp. 215-244.

portugueses tinha como objectivos: (1) aumentar da presença colonial, como forma de ocupação do território; (2) produzir "*commodities*" para exportação e bens alimentares para abastecimento dos emergentes centros urbanos devido à imigração; (3) integrar cada vez mais moçambicanos no sistema político e económico das colónias com base nas elites locais e apoio da evangelização, a fim de reforçar as alianças e preencher funções na administração pública.[85]

As igrejas tiveram, ao longo de toda a colonização, um papel importante de "evangelização", no processo de "ganhar almas", de produção de sujeitos alienados, de inculcação do espírito de obediência no colonizado, na desorientação cultural e política do objecto colonizado. Existiram missões das igrejas desde o princípio da colonização, inicialmente concentradas ao longo do rio Zambeze e, depois, por todo o território. Estas também produziam bens com base no trabalho dos alunos das suas escolas, que leccionavam até à 4ª classe e de artes e ofícios[86]. Samora Machel, no discurso que proferiu no 1ª Seminário Nacional de Agricultura, realizado em Marrupa, em Junho de 1975 (durante a viagem do "Rovuma ao Maputo", imediatamente antes da independência), referiu-se nestes termos: "Através da Igreja, através do Islamismo, apoiavam o colonialismo português. E tinha a Igreja Católica, que essa era a aliada natural do colonialismo". A Frelimo limitou a acção de "mobilização das igrejas sendo a Frelimo a única que deve mobilizar o povo".[87] Posteriormente, aquando das nacionalizações, todo o património das igrejas, excepto os locais de culto, foi nacionalizado.

A partir dos anos cinquenta do século XX, surgem os colonatos para pôr em execução essas estratégias. Posteriormente, como modo de defesa contra o avanço da luta de libertação nos anos sessenta, vários colonatos foram implantados ou reforçados, como, por exemplo, Matama, Unango, Montepuez, Sussundenga, Gorongosa (Canda), entre outros. Os soldados portugueses, depois do final da missão militar, recebiam apoios para se radicarem nessas zonas como agricultores.

No caso do Vale do Limpopo (meados dos anos 50), o objectivo directo não era militar, mas, sim, a satisfação das necessidades alimentares resultantes do crescimento da população portuguesa e de outras nacionalidades no Sul (sobretudo na cidade de Lourenço Marques, actualmente Maputo). A implantação dos primeiros agricultores aconteceu em 1954. Dez famílias alentejanas a quem foram entregues 4 hectares irrigados e 24 de sequeiro por família com 175 famílias moçambicanas em "fruição de gleba", com 2 hectares irrigados por família. Em 1960 existiam cerca de mil famílias de europeus e

[85] Segundo Morais (1960) citado em Mosca (1988), "… a obra de irrigação do Limpopo destina-se à colonização, entendida esta obra de povoamento pela valorização da população portuguesa, branca e negra e as suas actividades. Feita sem preconceitos de raça e com o pensamento dirigido à unidade nacional secularmente iluminada pela doutrina de Cristo que criou e robusteceu a convivência fraterna do mundo plurirracial português". O mesmo autor acrescenta: "Nela há lugar para todos. É uma obra em que a vida em conjunto de brancos e pretos será fraternalmente ligada pelo anseio de engrandecimento espiritual e material da Nação. … Somos todos habitantes de uma única Nação e temos todos de participar nos benefícios da obra de bem comum empreendida pelo Estado no vale do Limpopo. Queremos, é certo, que o maior número possível de famílias brancas da metrópole se instale em aldeias do vale do Limpopo, constituindo nelas vigorosos núcleos de colonização, bem arreigados ao solo, possuindo a terra onde labutam, exercendo ali as tradicionais virtudes do agricultor português - tenacidade, sobriedade, apego ao trabalho e amor à família, servindo de exemplo para os seus irmãos de África". Mosca, João (1988). Contribuição para o estudo do sector agrário do Ckokwé. Volume II. Ministério da Agricultura.

[86] "Missionários católicos e protestantes, procurando inculcar a ética do trabalho entre os recém-convertidos, reiteravam esta mensagem dos seus púlpitos e nas salas de aula. Na verdade, muitos não viam contradição de espécie alguma entre evangelização e forçar os estudantes e os seus professores a trabalharem nos campos de algodão pertencentes à igreja". Isaacman, Allen (1991): "Camponeses, trabalho e processo de trabalho. O cultivo forçado de algodão em Moçambique colonial (1938-1961)". Em *Moçambique, 16 anos de Historiografia*. Maputo, colecção Painel Moçambicano.

[87] Carvalho, Joaquim de (1975): *Prioridades para a Agricultura*. Maputo, Imprensa Nacional.

igual número de assimilados e de indígenas[88]. Também neste caso, os "colonos moçambicanos[89]" emergiram de entre as elites de ascendência militar das hierarquias de Gungunhana, das hierarquias sociais e religiosas locais e de emigrantes das minas da África do Sul[90]. No vale do Limpopo, são claras as integrações no sistema político e económico português.

Posteriormente, durante a guerra civil, em 1984/85, houve uma redistribuição de parte das terras do regadio pelos camponeses e pequenos produtores no vale do Limpopo, sobretudo em Chokwé. Esta acção teve como objectivo evitar ataques da Renamo e assegurar a produção de hortícolas para Maputo (principalmente tomate e repolho[91]). Além disso, havia um forte simbolismo pelo facto de o distrito de Chokwé (Chilembene, uma das aldeias do regadio, era a terra natal de Samora Machel) e o vale do Limpopo terem sido definidos como o "celeiro da Nação[92]" no III Congresso da Frelimo.

Nas zonas de maior implantação de agricultores e comerciantes colonos, os camponeses começaram a adoptar, a partir de década de cinquenta do século XX, insumos adquiridos no mercado e verificou-se o aumento da produtividade que era comercializada pela rede comercial rural. Destaque-se, por exemplo, o milho na Alta Zambézia e nos distritos contíguos de Nampula e na província de Manica[93].

Em algumas zonas, como, por exemplo, na província de Manica, surgiram organizações de produtores médios e grandes, que tinham como funções a compra da produção do agricultor, se assim o desejasse, armazenamento para venda em momentos de escassez de oferta e venda de insumos, para além do aumento da capacidade negocial dos produtores junto à administração colonial e outros actores económicos[94]. A administração colonial possuía instituições públicas para aquisição de produtos agrícolas[95] e pecuários, transporte entre as zonas excedentárias para posterior venda nas zonas deficitárias, regulação de preços e administração de um fundo de estabilização de preços de forma a tentar assegurar a estabilidade dos preços.

---

[88] "Existiam três hierarquias: os brancos, os assimilados e os indígenas. Estes níveis representavam a exploração de parcelas de tamanhos diferentes, condições e acessibilidades desiguais ao crédito, distribuição por aldeias agrupando raças e, de entre estas, por locais de origem. Por exemplo, existiam aldeias onde os seus habitantes eram maioritariamente originários de uma região de Portugal: aldeias de transmontanos, de madeirenses, etc.". Mosca (1988), obra citada.
Hermele (1986:7) acrescenta os seguintes aspectos: "dos 197 tractores adquiridos pelos colonos entre 1961 e 1973, apenas 12% pertenciam a moçambicanos; havia discriminação de raças nas aldeias com predominância de colonos portugueses ou moçambicanos e o mesmo em cada aldeia, no tipo de casas que lhes era proporcionado habitar. Por exemplo, apenas três das catorze aldeias do colonato tinham 88% dos agricultores moçambicanos". Hermele, Keneth (1986): "Lutas contemporâneas pela posse de terra no vale do Limpopo. Estudo do caso do Chokwè, Moçambique, 1950-1985". *Estudos Moçambicanos*, n.º 5/6.
"A média das parcelas dos primeiros era de 8,5 hectares e dos segundos de 5,9 hectares de regadio; a instalação de cada família portuguesa custava 154 contos, enquanto os moçambicanos não possuíam qualquer subsídio; a assistência técnica aos portugueses e assimilados custou cerca de 26,4 contos por família, enquanto a mesma rubrica para os indígenas não ultrapassava 2,2 contos por família (8%)". Morais, António Trigo de (1960): *Irrigação e Colonização do Limpopo. Apontamento.* Conselho Superior de Fomento Ultramarino.

[89] Os colonos moçambicanos foram seleccionados das elites locais para se transformarem em agricultores dentro dos "colonatos" (por exemplo, no vale do rio Limpopo, Matama em Niassa, Canda na Gorongosa, entre outros), embora em situação menos beneficiosa que os portugueses. Esta estratégia pretendia reduzir as bases de apoio da Frelimo, transmitir à comunidade internacional que existiam reformas coloniais em favor dos moçambicanos.

[90] Segundo o estudo do Centro de Estudos Africanos, cerca de um terço da população da zona a Sul do rio Save passava mais de 50% da vida activa nas RAS. Apenas 10% dos moçambicanos a sul do rio Save despendiam menos de 20% desse tempo nas minas. Centro de Estudos Africanos (1978): *O mineiro moçambicano*. Maputo, Centro de Estudos Africanos.

[91] Chokwé era um dos grandes abastecedores de hortícolas e arroz (neste caso, para além das importações) de Maputo em meados dos anos oitenta. O repolho era popularmente chamado de "bife moçambicano" ou "ai! se não fosse eu!". Estas expressões reflectem a penúria então existente nos mercados de bens essenciais alimentares, com preços administrativos e repressão às economias informais.

[92] Mosca, João (2021). *Chokwé: Foi ou será celeiro da Nação*? Destaque Rural Nº 124. OMR. Maputo, pôs em dúvida acerca das potencialidades e possibilidade de concretização desse slogan.

[93] Veja Mosca, João (2022). *Desenvolvimento local: uma opção para o desenvolvimento*. Destaque Rural Nº 186. OMR. Maputo

[94] É o caso do Grémio de Lavoura do Planalto de Manica.

[95] Instituto de Cerais de Moçambique.

O processo de "assimilação" aprofundou-se. As escolas formavam moçambicanos em profissões, como electricistas, carpinteiros, trabalhadores da construção civil. Foram concedidas regalias aos régulos, tais como viagens a Portugal. Moçambicanos começaram a ocupar lugares subalternos na administração pública, como chefes dos sipaios e secretários. Embora de forma restrita, a Universidade de Lourenço Marques começou a admitir moçambicanos negros[96] e são formados professores primários das escolas rudimentares[97] e enfermeiros. Surgem os primeiros padres negros na igreja católica. Muitos moçambicanos são incorporados no exército português, incluindo em forças especiais, e alguns foram graduados como oficiais.

Esta integração tinha vários objectivos, sobretudo, políticos: (1) considerando a escassa imigração de colonos, comparando com as necessidades, suprir a falta de portugueses para o preenchimento de funções públicas e de profissões; (2) fazer transparecer a imagem internacional sobre a integração dos africanos na comunidade portuguesa; (3) travar o avanço da guerra de libertação nacional.

Em resumo, na fase final da colonização observou-se uma crescente integração do campesinato/agricultores nos mercados do trabalho e de bens, as formas forçadas de recrutamento/produção foram abolidas gradualmente e emergiram os agricultores médios nos colonatos e em zonas de potencial agrícola (os "Kulaks" em Moçambique).

Pode-se considerar que a luta de libertação nacional, de outros movimentos guerrilheiros e políticos anticoloniais, teve bases de apoio social em consequência da situação colonial (para usar a expressão de George Balandier), da repressão e agressividades coloniais, das diferenças de oportunidades políticas e económicas entre portugueses e os moçambicanos de várias raças, de uma ideologia (proto)nacionalista, das memórias da escravatura, do imposto de palhota, do trabalho forçado e dos métodos repressivos, simbolizados na palmatória, chicotadas, torturas, etc. Os dirigentes destes movimentos eram, social e maioritariamente, oriundos das elites locais e não necessariamente de um movimento de camponeses e de operários nas suas lutas como "classe para si" e de intelectuais de diferentes origens e formados em países europeus (principalmente Portugal, França e Suécia) onde, muitos, militaram em partidos e movimentos estudantis de esquerda, o que confirma que, além do sentimento de revolta pelas práticas coloniais e de sentimentos de independência, as direcções dos movimentos de libertação foram, como refere Capela (1993[98]), movimentos também classistas[99].

Os movimentos de libertação proclamram-se como os representantes do povo. O objectivo era o de aglutinar os sentimentos anticoloniais ou anti colono, na perspectiva da independência. O operariado e o campesinato não surgem, nos discursos, como bases sociais, e, no lugar de campesinato, fala-se do "povo". Depois da independência, alguns movimentos de libertação, como é o caso da Frelimo, afirmaram-se como partidos marxistas-leninistas, embora em realidades onde os operários eram uma minoria social e ainda sem consciência de classe "para si" e "em si", e o campesinato ainda sem sentido de nação ou pátria[100]. Sublinha-se, porém, a existência de múltiplos acontecimentos de resistência e

[96] Hermele, refere que a Universidade de Lourenço Marques tinha formado 40 licenciados moçambicanos considerando, neste caso, de moçambicanos negros. (Hermele, 1988: 252), Hermele, Kenneth (1988): "*Guerra e Estabilização. Uma Análise e Médio Prazo do Programa de Recuperação Económica de Moçambique*. Revista Internacional de Estudos Africanos, N^{os} 8 e 9, pp. 247-293.

[97] Havia dois sistemas: o ensino oficial, para os filhos dos colonos e assimilados, e o rudimentar, para os "indígenas".

[98] Capela, José (1993). Ibidem.

[99] As direcções dos movimentos de libertação, incluindo em Moçambique, eram constituídas principalmente por elites locais (filhos de régulos, chefes tradicionais, sipaios do regime, assimilados, etc.), aqueles que já beneficiavam da colonização. Pretendiam, a longo prazo, instaurar sistemas económicos que lhes fossem benéficos após a independência. Em alguns casos, houve um período curto de uma tentativa de construção do "socialismo" que não resultou, por razões diversas, incluindo que a ideologia socialista/comunista era assumida por um grupo muito minoritário na Frelimo.

[100] Sugere-se que o sentimento étnico/regional era mais forte que o de nação ou pátria, o que esvazia a narrativa dirigente. Após a independência, questiona-se se existe uma nação ou um Estado unitário de vários grupos étnicos, o que se poderia designar, por alguma analogia, de nações.

revolta desde os primórdios da ocupação colonial, como, por exemplo, já no século XX, nas companhias de açúcar, nos portos e o massacre de Mueda[101].

2.5 A ''traição política'' ao campesinato e desestruturação do campo e dos camponeses e pequenos produtores (1975-1987)

Depois da independência, no III congresso, em 1977, a Frelimo transformou-se de movimento de libertação em partido marxista-leninista e declarou a intenção de construção de um Estado socialista, tomando a agricultura como base de desenvolvimento[102]. Nacionalizou a terra e planeou que o desenvolvimento da agricultura seria concretizado através de empresas estatais ("propriedade de todo o povo") e da cooperativização do campo. Os camponeses somente recebiam apoio quando integrados nas cooperativas e, indirectamente, nas parcelas individuais que lhes era "permitido" possuírem, enquanto cooperativistas. As aldeias comunais pretendiam ser as cidades no campo, onde existiriam novas formas de organização social[103]. A fixação dos preços, a distribuição de recursos (capital, insumos, bens de consumo, etc.) e o investimento, eram realizados através do plano estatal central que se concentrava nas empresas estatais e em poucas regiões do país e na intensificação do capital (equipamentos e regadios)[104].

A integração dos camponeses nas aldeias comunais não foi forçada, excepto em zonas de conflito armado durante a guerra civil[105]. Nelas, as estruturas do poder local/tradicional persistiram em "conflito

[101] O massacre de Mueda, em 16 de Junho de 1960, foi utilizado como símbolo da resistência à ocupação. As narrativas acerca da acção militar e do número de mortos são divergentes quando apresentadas pela Frelimo e pelos comandantes portugueses que operavam em Moçambique e, especialmente, na zona Norte.
O número 14, de Outubro de 1993, do Boletim Semestrais do Arquivo Histórico de Moçambique da Universidade Eduardo Mondlane dedicado à província de Cabo Delgado, apresenta importantes esclarecimentos sobre o assunto: "Exemplo disso é a contradição entre as 600 vítimas do massacre, na versão do movimento nacionalista (número a que se chega pela contagem eventual das bicicletas deixadas no terreno?) ou os 17 mortos segundo algumas testemunhas oculares (ver entrevista de Daniel Muilundo)". O relatório militar português fala em 14 mortos e alguns feridos, o que é perfeitamente consistente com o número referido pelas testemunhas moçambicanas deste lamentável incidente." Em https://www.publico.pt/2002/06/16/jornal/quantos-morreram-em-mueda-171716.

[102] O Artigo 103º da Constituição da República, no ponto 1 afirma: "**...** a agricultura é a base do desenvolvimento nacional" e acrescenta, no ponto 2: "O Estado garante e promove o desenvolvimento rural para a satisfação crescente e multiforme das necessidades do povo e o progresso económico e social do país".

[103] As aldeias comunais seriam as futuras cidades no campo. Samora Machel tinha o sonho de transformar Unango numa cidade onde existiria uma "universidade do povo". Implantou-se uma empresa estatal, que suspendeu as suas actividades devido a ataques da Renamo, foi um dos campos de reeducação mais conhecidos e onde, depois, foi instalada a faculdade de agronomia da Universidade UniLurio.

[104] Por exemplo, "o investimento no sector agrário entre 1978 e 1983 foi assim distribuído: 90% para o sector estatal, 2% para as cooperativas e virtualmente nada para a agricultura familiar e de pequena escala. Para concretizar a concepção dos grandes projectos (para acelerar o crescimento) e o desenvolvimento baseado em grandes empresas estatais, os investimentos estiveram muito concentrados. Só o vale do Limpopo concentrou, em 1977, cerca de 50% dos investimentos realizados na agricultura. A mecanização e a construção de novos regadios aglutinaram estes investimentos." João Mosca (2005), Economia de Moçambique, século XX. Editora Piaget. Lisboa, em referência a Mackintosh, Mauren and Wuyts, Marc (1988): "Accumulation, social services and socialist transition in the third world: Reflections on decentralised planning based on the Mozambique experience". Em E.V.K. Fitzgerald and M. Wuyts (eds.), *Markets Within Planning. Socialist Economic Planning in the Third World.* London, Frank Cass.

[105] "... A concentração em aldeias comunais passou a ser compulsiva em meados dos anos 80 com o agravamento da guerra civil ...". Veja, por exemplo J C. Geffray, 1991, *A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*, Lisboa, Afrontamento, e também A. Yañes Casal (1988). «A crise da produção familiar e as aldeias comunais em Moçambique», in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 8-9.

silencioso" com as novas estruturas administrativas e partidárias[106]. Geffray e Pedersen[107] (1985) fazem uma análise a partir de casos concretos, sobre como as populações e as hierarquias sociais (linhageiras) se ajustaram (processos de resistência e de integração) ao movimento das aldeias comunais. A tomada do poder (nos Grupos Dinamizadores -GD, na administração local, nas cooperativas de consumo, nas *machambas* colectivas e cooperativas de produção, etc.) pelas linhagens, pretendia, quase sempre, o controlo dos recursos locais ou o poder para a gestão desses recursos (distribuição da terra, dos bens alimentares das cooperativas de consumo, etc.) e, internamente, hierarquizava-se a população de acordo com a pertença e a posição nas linhagens e respectiva estrutura social. A seguinte passagem no trabalho de Geffray e Pedersen (1985:190)[108] é elucidativa: "Os membros, em número de 155, trabalham, em princípio 5 a 6 hectares de cultivo. Estão repartidos em 10 equipas de trabalho, em que os representantes dos *mu-tthette* de *sumiha, uhanihera* e *mutuane* [109]estão agrupados, principalmente, nos primeiros cinco grupos (sobretudo os notáveis linhageiros) e as estruturas estão no primeiro grupo. Quando se vendem os produtos na cooperativa de consumo, chama-se os grupos de trabalho na *machamba* colectiva sempre na ordem de numeração de 1 a 10, sem que se tenha feito, alguma vez, entre a chegada de uma remessa de mercadoria e a próxima, uma rotação da numeração de modo que os diferentes grupos de trabalho tenham acesso aos produtos postos à venda. Estes produtos raramente abrangem membros da cooperativa além dos primeiros 4 ou 5 grupos".

O modelo de organização sócio-espacial nas aldeias comunais favoreceu a nuclearização e destruição ou enfraqueceu as relações de entre-ajuda no trabalho e as práticas tradicionais de redistribuição. A segurança alimentar dos mais velhos e das mulheres solteiras ficou, portanto, em risco. Temudo[110], na sua pesquisa, afirma: "Nas palavras de um grupo de mais velhos: *tudo começou quando acabaram os Mwenés e vieram os Secretários do Partido, porque aí cada um escolheu a sua casa na aldeia e deixou de haver coordenação (...) agora há desordem, vivemos todos divididos e ainda não nos conseguimos encontrar*".

Honwana (2003: 170)[111], citando Ottaway e Wattaway (1986), refere-se a um documento de Sérgio Vieira que afirma a este propósito: "A sociedade tradicional feudal é uma sociedade conservadora, imóvel, com uma hierarquia rígida... É uma que exclui a juventude, exclui a inovação, exclui a mulher. Gerontocracia é o termo correcto".

Os aspectos acima referidos revelam, por um lado, a instrumentalização do campesinato enquanto guerrilheiros e acolhedores da guerra. A narrativa das elites do movimento de libertação e das elites locais (como aliadas sociais no campo onde se operava a guerra) incidiam na "mobilização" dos camponeses/do "povo" através dos aspectos motivadores de sentimentos de revolta. Por outro lado, as opções políticas e económicas após a independência não consideraram o campesinato, as estruturas sociais, os sistemas de produção e os modos de vida, o que teve como consequências, diversos

[106] Geffray e Pedersen afirmam, em relação à aldeia Samora Machel na província de Nampula: "Quando da eleição livre em 1977, ... a população levou logo à delegação (equipas do Partido e do Estado que se deslocavam às aldeias para organizar e controlar as eleições), unanimemente, os seus representantes, notáveis linhageiros ... A eleição foi anulada pelo distrito, que estendeu, então, a interdição de candidaturas aos chefes de linhagem e de segmento. Elegeram-se, então, sistematicamente pessoas analfabetas, reservadas, não sabendo como se expressar, ´que não iam chatear ninguém´ - esterilizando, conscientemente no ´embrião´, a nova instituição". Geffray, Christian e Pedersen, Mogens (1985): *Transformação da Organização Social e do Sistema Agrário do Campesinato no Distrito de Eráti: Processo de Socialização do Campo e Diferenciação Social*. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane e Ministério da Agricultura. Mimeografado.

[107] Geffray e Pederson, obra citada (1985).

[108] Ibidem.

[109] O *humu-chefe* de terra (*sumiha, motoela*, etc.) é o chefe de uma família (segmento de linhagem, 50 a 150 pessoas) considerada a primeira ocupante do território, chamado *mu-tthetthe*.

[110] Temudo, M. P. (2002). «The erosion of local practices of post-harvest management in times of war: A case study from the North of Mozambique», in *IOBC Bulletin*, 25 (3).

[111] Honwana, Alcinda Manuel (2003): *Espíritos Vivos Tradições Modernas. Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós-Guerra no Sul de Moçambique.* Lisboa, Ela por Ela.

processos de resistência e de revolta com incorporação do campesinato na guerra civil logo após a independência, igualmente com as funções de soldados (guerrilheiros) e de apoios diversos e igualmente dirigidos por uma elite discordante da Frelimo oriunda dos mesmos grupos sociais[112].

Os médios agricultores, que emergiam nas zonas de potencial agrícola e nos colonatos, também não tiveram acesso à terra e aos meios e factores de produção de modo a continuarem as suas actividades, como aconteceu, por exemplo, no vale do Limpopo. Alguns destes assalariaram-se nas empresas estatais.

A rede comercial rural, a economia local emergente e as relações económicas e comerciais campo-cidade-campo entraram em ruptura e, consequentemente, o processo de integração, primeiramente de forma forçada e repressiva e, depois (sobretudo após meados da década de cinquenta do último século), conforme os mercados, entraram em ruptura. Com isso, assistiu-se a uma nova desestruturação da economia camponesa e de pequena escala de grande parte das famílias que viviam no campo e tendo a agricultura como principal fonte de rendimento.

A crise produtiva, devido a vários factores, e a consequente escassez de oferta de diversos bens, gerou um comércio informal, primeiro nas cidades e, depois, nas vilas, com preços mais elevados que os estabelecidos oficialmente. Os agentes comerciais envolvidos nestas actividades eram policialmente perseguidos e designados de "candongueiros"/"xiconhocas[113]".

Assistiu-se à pauperização do campesinato, à redução da integração nos mercados, à retirada da posse da terra como propriedade e somente como direito de uso e segundo os direitos consuetudinários. O incentivo do aumento da produção por incremento das necessidades (incentivos do lado da procura) deixou de existir ou baixou drasticamente. A redução da emigração para a África do Sul e do trabalho nas plantações, devido às crises destas, reduziu o trabalho assalariado, e a não-existência de qualquer imposto sobre o campesinato[114], diminuiu a necessidade de dinheiro, provocando a desmonetização da economia rural e familiar.

A recuperação da terra ocupada pela colonização era uma das expectativas dos camponeses após a independência. No entanto, como refere Hermele (1988, obra citada), "os elementos de conflito permaneciam: a luta pela terra continuou devido às grandes diferenças entre os sectores produtivos e entre os produtores privados; o processo de diferenciação social tornou-se mais rápido, considerando não só o tamanho das terras, como as acessibilidades à grande quantidade de recursos que chegaram a partir do ano 1983[115]".

O apoio social da Renamo, segundo alguns autores, tal como Geffray[116], foi motivado pela resistência às opções da Frelimo e do seu Governo e não como uma alternativa de poder. Esta afirmação pode ser questionada pela massificação do apoio à Renamo por populações de vastas zonas do país, que se

[112] "instrumentalização, através de opções de políticas e de estratégias militares, económicas e eleitorais, utilizadas em relação aos camponeses sempre que estes fossem um grupo social necessário para o alcance desses objectivos pelas elites do poder. Posteriormente, após atingido o objectivo, segue-se a marginalização da maioria da população e, em particular, da que reside no meio rural, mantendo-a em situação de pobreza com aprofundamento das desigualdades e sem papel nos novos sistemas e regimes políticos para os quais contribuíram, fazendo sugerir a condição de grupo social esquecido e traído". Mosca, João (2022). *Camponês esquecido e traído*. Destaque Rural, Nº 191. OMR. Maputo.

[113] *Xiconhoca* foi uma expressão utilizada para expressar um conjunto de adjectivos pejorativos de natureza pessoal, como preguiçoso, indisciplinado, vadio, pequeno ladrão, etc.

[114] Os impostos existentes no período colonial deixaram de existir. Pode-se entender que esta opção deriva do facto de, durante a luta de libertação nacional, o imposto de palhota ter sido um dos elementos da acção mobilizadora das populações pela Frelimo.

[115] A partir de finais dos anos 80, existiram grandes investimento na agricultura, sobretudo nas empresas estatais, com alguma distribuição "conveniente" de recursos a privados, em lógicas próximas às do colonialismo nos colonatos.

[116] Geffray Christian (1991). *A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Mocambique*. Edicões Afrontamento. Porto

reflectiram nos resultados das primeiras eleições depois do Acordo Geral de Paz em 1994, onde a Renamo obteve 37,78% dos votos e a Frelimo 44,33%. Para as eleições presidenciais, Chissano obteve 53,3% e Dhlakama 33,73%. A Frelimo ganhou a maioria dos votos na capital e nas províncias do Sul, e a Renamo foi a força política com mais votos nas províncias do Centro e Norte, sobretudo nas zonas rurais. Porém, a transformação da guerra pós-colonial e a sua transformação em guerra civil assentou na forma como os camponeses foram marginalizados, empobrecidos, reprimidos nas aldeias comunais e na cooperativização forçada, etc. Por que não considerar a existência de uma revolta camponesa que, para o efeito, necessitou, como noutros períodos históricos, de uma organização (elite) de classe pequeno-burguesa com aspirações de poder e dinheiro.

Em resumo, no período da "experiência socialista", assistiu-se a uma importante desestruturação da economia rural, das relações económicas locais e das relações campo-cidade-campo. A pauperização do campesinato aconteceu devido à redução da migração, do trabalho assalariado, ao colapso da rede comercial e consequente descontinuidade de curto prazo no processo de integração das economias familiares nos mercados de insumos, bens de consumo e no mercado de trabalho, desestruturando os sistemas de produção então existentes. A organização social e espacial foi desestruturada. Os camponeses ficaram decepcionados e existiram diversas formas de resistência, como a não-participação nas colheitas de arroz no vale do Limpopo e as estratégias de integração das aldeias comunais para preservação das relações e do tecido social linhageiro e, certamente, do apoio social à Renamo durante a guerra civil em vastas áreas do território moçambicano.

Os camponeses e pequenos produtores não recuperaram as suas terras e os médios produtores moçambicanos, muitas vezes, foram expulsos das suas propriedades. As famílias e as sociedades rurais sofreram novas formas de desestruturação social e de condenação das autoridades "tradicionais", acusadas de obscurantistas, contrarrevolucionárias, muito embora tenham existido múltiplas formas de resistência e adaptação estratégica às novas autoridades. O processo de integração nos mercados foi interrompido (ou decresceu) e surgiram economias informais perseguidas policialmente.

Como noutras revoluções e transições entre modos de produção, segundo a teoria marxista, as alianças políticas durante os processos "revolucionários" ou de lutas de classes e, neste caso, de libertação nacional, alteram-se após a conquista do poder pela Frelimo. Em Moçambique, o camponês foi o aliado principal da Frelimo durante a luta de libertação e. posteriormente. da Renamo, tendo sido marginalizado após a independência, e apenas uma situação de conflito armado, a guerra civil, fez atenuar as medidas mais radicalizadas do pós-independência[117]. Embora considerando as diferenças históricas e os contextos, assim aconteceu na União Soviética e na China de Mao Tsé-Tung (veja o Capítulo 1).

Um período de 10 a 12 anos não foi suficiente para que, depois da mudança do regime político e da liberalização da economia, se recuperassem algumas das características de longa duração do campesinato e pequenos produtores, assunto apresentado na secção seguinte.

2.6 Liberalização da economia e a recuperação das continuidades de longa duração

Com a liberalização da economia, iniciada em 1983/84, com pequenos ajustamentos no sentido de "desradicalização" da economia de planificação central e, sobretudo, após os acordos de paz em 1994

[117] As aldeias cominais foram abandonadas, a cooperatização em moldes "socialistas" desapareceu, os preços deixaram de estar controlados, deixou de ser necessária a "guia-de-macha" para a mobilidade das pessoas, e a repressão e controle dos grupos dinamizadores foi atenuada. A guia-de-marcha era um documento passado pelos grupos dinamizadores que permitia a deslocação das pessoas (o equivalente ao "passe" no período colonial, até finais dos anos 50).

e a intensificação da penetração do capital agrário e comercial a partir de inícios do presente século[118], reiniciaram-se algumas das dinâmicas económicas e sociais anteriores ao período "socialista".

As principais mudanças de contexto em relação ao período de economia centralizada, foram as seguintes:

- Retorno das pessoas deslocadas internas de guerra e emigradas para os países vizinhos[119], com apoio de várias organizações internacionais e de cooperação bilateral. Alocação de espaços de residência e terra para a agricultura, geralmente, nos locais de onde partiram devido ao conflito;
- Privatização das empresas estatais, incluindo das agrárias, e dos seus equipamentos, para empresários moçambicanos, maioritariamente sem vocação, conhecimento e interesse na actividade produtiva;[120]
- Abandono da cooperativização e das aldeias comunais;[121]
- Retorno do investimento em grandes explorações, as mesmas existentes antes da estatização, nas culturas do algodão, tabaco, caju (indústria), açúcar, e banana;[122].
- Investimentos de empresas multinacionais na exploração de recursos naturais[123] e surgimento de tráficos desses recursos (minas, florestas, *commodities*, fauna bravia);
- Continuação da desindustrialização, incremento das importações alimentares, tornando a balança comercial alimentar e agrária crescentemente deficitária e exportações de *commodities* sem ou com decrescente valor acrescentado[124];
- Entrada de empresas de grande distribuição privilegiando as importações tendo os médios e grandes produtores no país dificuldade de assegurar a venda dos seus produtos (regularidade de fornecimento, qualidade e uniformidade dos bens e embalagem)[125];
- Intensificação do factor capital nas empresas produtoras de bens para exportação e nos pequenos e médios agricultores produtores de vegetais para consumo urbano (batata-reno, tomate e cebola), onde se verificou importante aumento de produtividade por hectare;[126]

Quais as continuidades do desenvolvimento agrário e dos camponeses/pequenos produtores?

- Pouca alocação de recursos financeiros, por via do Orçamento do Estado, do crédito e da cooperação para o sector agrário e, neste âmbito, secundarização dos camponeses e sector familiar;[127]

[118] É o caso da recuperação do investimento no agro-negócio no açúcar, tabaco, algodão e, mais recentemente, do feijão bóer e do gergelim, e, após finais da primeira década do presente século, da comercialização de alguns produtos através de comerciantes, na maioria temporários e estrangeiros que se deslocam a Moçambique para o efeito.

[119] Quando os números foram compilados pela primeira vez, em 1982, estimava-se que existissem 1,2 milhões de pessoas deslocadas em 11 países, Cohen, Roberta e Francis, Deng (1998) "Exodus within Borders: The uprooted who Never Left Home", *Foreign Affairs*, Council on Foreign Relations, Volume 77, Number 4.

[120] Mosca, João (2005) Economia de Moçambique, século XX. Editora Piaget. Lisboa.

[121] *Ibidem*.

[122] Veja o Destaque Rural Nº 169 de Yara Nova e João Mosca (2022). *Investimento directo estrangeiro: "Extractivisando" a economia moçambicana*. OMR.

[123] Investimentos de multinacionais para a extracção de carvão, gás, areias pesadas, ouro, madeira.

[124] Veja o Destaque Rural Nº 156 de Yara Nova e João Mosca (2022). Ciclos políticos coincidentes com o comportamento das agriculturas em Moçambique. OMR.

[125] A origem do capital destas empresas é, maioritariamente, da África do Sul e de Portugal.

[126] Veja o Destaque Rural Nº 156, de Yara Nova e João Mosca (2022). *Ciclos políticos coincidentes com o comportamento das agriculturas em Moçambique*. OMR, onde se destacam os diferentes comportamentos das produções, das áreas trabalhadas e das produtividades das culturas em função do tipo de produtores.

[127] No texto *A falácia da prioridade da agricultura* de Yara Nova e João Mosca (2022), Destaque Rural Nº 162, os autores apresentam a alocação de recursos do Orçamento do Estado à agricultura, podendo-se ler: o orçamento da agricultura representou uma pequena percentagem (média de cerca de 4% entre 2001 e 2021) do orçamento total do Governo, com uma percentagem média de execução de 59% e uma centralização nos órgãos centrais que variou, no mesmo período, entre 52% e 94%. "A percentagem de crédito destinado à agricultura, ao longo do período analisado, foi de cerca de 3% em relação ao total do crédito à economia", em Yara Nova e João Mosca (2022), Destaque Rural Nº 165, OMR.

- Recursos escassos e poucos resultados de investigação agrária e fragilidade da extensão rural para transmissão de conhecimento e de práticas adequadas.[128]
- Continuidade de um elevado peso do Estado no orçamento medido pelo indicador orçamento público/PIB e permanência de empresas, agora designadas de empresas públicas ou com participação do Estado, em alguns dos sectores estruturantes da economia, cujos resultados financeiros e técnicos estão longe de ser satisfatórios, para além da fraca qualidade dos serviços prestados aos utentes (clientes).
- Fragilidades e ineficácias institucionais e escassez de recursos para que o Estado assegure as suas funções sociais e de uma economia em transição;
- Agravamento, em intensidade e periodicidade, dos choques climáticos, sem medidas de fundo para aumento da resiliência.
- Usurpação de terras aos camponeses pelos grandes projectos[129] sem que o Estado fizesse cumprir a lei, sendo, ele próprio, muitas vezes, o infractor. Desmatação acelerada[130] devido ao aumento da população, em particular em zonas de maior densidade demográfica[131], e corte ilegal de madeira para exportação, garimpo (mineração ilegal), tráfico de marfim e de cornos de rinocerontes, etc.
- Instituições frágeis (agrárias e de outros sectores com relações com as cadeias de valor do sistema agro-alimentar) e políticas públicas instáveis, ineficazes e centralizadas[132].
- Limitado impacto nos produtores médios e grandes que têm possibilidades de acesso aos benefícios fiscais e subsídios (combustível, água, energia e tarifas alfandegárias),[133] e inacessibilidade dos pequenos produtores;
- Alargamento do sistema de subcontratação (*out grower*) na produção dos bens exportáveis;[134]
- Recuperação lenta da comercialização de excedentes de produção alimentar (milho, feijões, amendoim, batata-doce, mandioca, etc.) dos camponeses, sem instituições públicas, nem empresas, com esse objectivo, gerando-se elevadas perdas pós-colheita e excedentes não

[128] No texto de Yara Nova e João Mosca (2022). *Transformação estrutural de enxada na mão*, Destaque Rural Nº157, refere-se, por exemplo, 13,5%, em 2002, e 6,9%, em 2020, dos pequenos e médios produtores receberam informação ou aconselhamento técnico da rede de extensão rural. No mesmo texto afirma-se: a dotação orçamental para investimentos na investigação agrária é muito reduzida, recebendo, em média, 0,08% do PIB agrário e 0,02% do PIB total. De ressaltar que o nível de investimento em investigação agrária em relação ao PIB agrário considerado ideal para obter resultados desejados na investigação e inovação agrária é de 2%, Uaiene, Rafael (2012). *Estrutura, conduta e desempenho da agricultura familiar em Moçambique*. Em: Mosca, J. (coordenação) (2012). Contributos para o debate da agricultura e desenvolvimento rural. Escolar editora, Maputo – Moçambique. Isto é, os gastos públicos na investigação representam 4% do que poderia ser considerado como desejável.

[129] Inúmeros casos existem. Indicam-se os que foram objecto de estudos e que tiveram elevados impactos sobre as comunidades, como, por exemplo, o investimento da Portucel na Zambézia, da Vale em Tete (Moatize), das empresas de gás em Palma e Inhambane.

[130] No texto de Ibraimo Hassane Mussagy, João Mosca, Mélica Chandamela e Natasha Ribeiro (2021). *Os determinantes do desmatamento em Moçambique: uma abordagem econométrica para o período de 2000-2016* Observador Rural Nº 112. OMR, pode-se ler: "Estima-se que a média de desmatamento entre 2003 e 2013 foi de 269,000 hectares por ano. Neste período registou-se uma taxa histórica de desmatamento de 0,79% por ano (…). A estimativa da estratégia nacional do REDD+ prevê que em 2030 o desmatamento possa atingir os 514 000 hectares por ano (MITADER, 2016) (…) Os dados revelam que a área florestal no início deste período era cerca de 35,5 milhões de hectares em 2001 e reduziu para 32,5 milhões de hectares em 2016, o que significa que foram desmatados 2.973.581,48 hectares de florestas, correspondente a 9,15% da cobertura florestal".

[131] Mosca, João e Arafat Dadá, Yasser (2022). *Bomba demográfica e pobreza na base do desmatamento. O caso da Zambézia*. Destaque Rural Nº 153. OMR.

[132] "A política económica e as políticas públicas, além de incoerentes e instáveis, são derivadas, em grande parte, da irregularidade no tempo e em volume dos recursos externos, gerando dúvidas e riscos acrescidos aos empresários e às opções produtivas dos pequenos e médios produtores e no consumo das famílias. A instabilidade das políticas é também motivada pelas mudanças das orgânicas dos aparelhos da administração do Estado, da baixa transparência e grande corrupção, da substituição constante do corpo directivo e técnico, ressaltando-se a crise gerada pelas dívidas ocultas que teve efeitos graves sobre a economia e a sociedade". João Mosca e Yara Nova (2022). *Políticas públicas: não às opções por "percepções" ou somente por justificativos "políticos"*. Destaque Rural Nº 176. OMR.

[133] Veja Mosca, João, Amreén, Katya e Dadá, Yasser Arafat (2014). Subsídios à agricultura. Observador Rural Nº 13. OMR.

[134] A maioria dos produtos agrícolas exportados (algodão, caju, feijão bóer, tabaco e parcialmente o açúcar), são produzidos pelos pequenos produtores e existem alguns casos de bens para transformação local, como é o caso da mandioca (para a produção de cerveja).

comercializados.[135] Segundo o IAI (2020)[136], as perdas pós-colheita são, em média, aproximadas aos volumes de excedentes da produção vendidos, variando significativamente conforme as províncias e bens;

- Aceleração da urbanização[137] sem criação de emprego, com rupturas das infra-estruturas urbanas, surgindo o aumento da marginalidade e do crime.

Após esta apresentação sobre a mudança de regime político com os mesmos protagonistas anteriores, verifica-se que a utopia socialista de curto prazo fez retornar e aprofundar as características de longa duração da agricultura e do camponês: (1) o capital, com suporte legislativo e encobrimento institucional, secundarizou os camponeses e pequenos produtores, usurpando terras para a implantação de explorações, legais e ilegais, de minas, florestas, plantações, etc.; (2) expulsaram-se comunidades para locais de habitação (reassentamentos) em piores condições que as existentes antes da realização dos investimentos; (3) manteve-se o assalariamento sazonal e a acomodação dos trabalhadores (semiproletários) em acampamentos sem condições de vida saudável e digna; (4) os "salários de miséria" são determinados pelo Estado (salário mínimo[138]), inferior na agricultura aos dos outros sectores; (5) aumento da exploração de recursos para o exterior sem algum benefício das comunidades, com conhecimento do Estado. Podemos, assim, afirmar que a economia política da agricultura e do camponês do tempo colonial continua a ser a matriz da agricultura e do camponês nos tempos actuais.

3. RESUMO

Com base no quadro teórico exposto no texto, pode-se afirmar que, numa perspectiva de longa duração, as relações entre o capital e os camponeses mantiveram-se com características semelhantes desde o tempo da colonização aos tempos actuais, embora com práticas diferenciadas em função dos sistemas e regimes políticos, dos contextos internacionais e do próprio desenvolvimento do capitalismo e da economia política em Moçambique.

Persistem lacunas teóricas sobre o conceito de camponês em Moçambique, sobretudo quando estudado na sua concepção original: como forma de produção, de vida e nas suas relações clânicas e destas com sociedades capitalistas ou em contextos coloniais. Os processos de transição entre o camponês e os produtores integrados e absorvidos por modos de vida "externos" ao ambiente "tradicional" e histórico através da integração nos diferentes sistemas políticos e económicos, são acompanhados por processos de resistência e integração/absorção, perante dilemas das vantagens ou

[135] Como referido anteriormente, existiram instituições públicas (no período colonial e no período "socialista" com essas funções – Instituto dos Cereais, Grémio de Lavoura de Manica, etc.) e a rede comercial rural não foi recuperada. A maioria das lojas e pequenos armazéns estão em ruínas. Nos últimos anos foram construídos silos de grande dimensão em vários locais, mas, por razões diversas (técnicas, manutenção, gestão e vantagens para os produtores), poucas destas infra-estruturas estão desenvolvendo as funções para as quais foram concebidas: armazenar sob a forma de compra pelo Estado ou aluguer de espaço aos produtores para comercialização ou armazenamento da produção.
Para o caju, por exemplo, surgem comerciantes temporários (durante o período da colheita), muitos deles estrangeiros, sem qualquer investimento local em infra-estruturas, que adquirem o produto aos camponeses e, seguidamente, exportam legal e ilegalmente. Estes comerciantes possuem vantagens concorrenciais em relação a outros por possuírem dinheiro de crédito externo a taxas de juros mais baixas, nada investem e, portanto, operam sem custos fixos e poucos custos variáveis, e não declaram os bens comercializados, fuga ao fisco, etc.

[136] Abbas, Máriam e Mosca, João (2022). *Análise do inquérito integrado – IAI 2020*. OMR.

[137] Devido, principalmente, aos seguintes factores: (1) continuidade da baixa migração, comparativamente com o período colonial, tendo muitos destes emigrantes ficado como residentes nas cidades; (2) crescimento das economias informais e maiores e melhores possibilidades de sobrevivência que no meio rural e maior proximidades dos serviços; (3) não retorno de parte dos deslocados das guerras.

[138] O salário mínimo mensal na agricultura, a partir de Agosto de 2022, é de 4.829 MZN, o que equivale, aproximadamente, a 75 dólares, isto é, 2,5 USD por dia. Considerando uma família média de 4,5 pessoas, o rendimento médio por dia e por pessoa, seria de 0,56 USD. O rendimento minimio da linha da pobreza, segundo o Banco Mundial, é de 1,9 USD/pessoa/dia.

desvantagens desses processos na vida das famílias. Esta é uma das razões por que, ao longo do texto, os conceitos de camponês e de pequeno produtor surgem quase como sinónimos.

A terra, como universalmente, surge sempre como o principal motivo de conflitos e de processos de resistências e revoltas camponesas.

Como grande característica persistente em todo o período, o camponês e pequeno produtor foram sempre explorados, no âmbito da acumulação primitiva do capital, a mais-valia[139] extraída, incluindo por processos violentos, foram instrumentalizados pelos regimes dos poderes locais, da colonização e das alianças múltiplas entre as elites dos diferentes tipos de organização local e pelos regimes políticos existentes pré e pós-coloniais. As alianças com o campesinato e pequenos produtores foram sempre, em cada fase, circunstanciais, alteradas ou reestruturadas após o alcance dos objectivos políticos e económicos. O caso da luta de libertação nacional e da secundarização/marginalização do campesinato após a independência é elucidativo, assim como aconteceu, segundo Marx, nos processos de transição entre os diferentes modos de produção. Idêntico cenário aconteceu durante e após a guerra civil.

Assistiu-se à absorção e integração dos camponeses e pequenos produtores no sistema capitalista à escala internacional, na medida das necessidades de reprodução ampliada do capital e rentabilização dos investimentos, explorando a mão-de-obra em regimes de trabalho obrigatório/esclavagista, através da semi-proletarização, com a prática de salários baixos, e a integração desfavorável (tendência desfavorável dos preços relativos da agricultura em relação a bens e serviços não agrários) do campesinato nos mercados.

A construção de infra-estruturas que implicaram migrações forçadas impeliram os camponeses homens a emigrar e a deixar os seus modos de vida. Esta situação levou à desestruturação do papel do homem como chefe de família no âmbito da divisão social do trabalho.

A penetração das diferentes formas de capital, desde as primeiras relações entre os "nativos" e "forâneos", sempre esteve a coberto dos sistemas políticos. Assim aconteceu nas trocas comerciais, no esclavagismo e trabalho forçado, no trabalho contratado para as plantações e para a construção civil, nas emigrações para outros países, na entrada do capital comercial no meio rural, na exploração mineira, etc. Muitos casos foram apresentados de coberturas institucionais ao não-cumprimento da Lei, sendo, o Estado muitas vezes, o próprio infractor.

Os Estados colonial e pós-colonial estabeleceram diferentes tipos de aliança com as hierarquias locais, desde o período da escravatura (caça escravos) e alianças com chefes locais nas suas lutas internas e entre grupos étnicos; através dos agentes de recrutamento para o trabalho forçado, emigração e recolha de impostos (régulos, chefes de povoação e sipaios); o processo de assimilação, por via da mestiçagem de pessoas de várias raças e origens ("donas da Zambézia", goeses na polícia e administração pública, emergência de diferentes tipos de "mulatos"), através da formação básica nas missões e escolas primárias rudimentares e, depois, em níveis mais elevados de educação, na formação em artes (escolas de artes e ofícios das missões religiosas e, depois, nas escolas técnicas básicas e médias); na promoção de hierarquias locais e de pequenos produtores e emergência de médios agricultores nos colonatos; operários especializados tornando-os "capatazes das obras[140]". A colonização teria sido possível sem estas redes de alianças de interesses mútuos?

[139] Mais-valia segundo o conceito marxista.

[140] Pessoas que, com alguma formação e habilidades em artes (pedreiros, carpinteiros, apontadores de gastos de material, tractoristas, mecânicos, electricistas, etc.), desempenhavam funções de chefia dos operários da construção e nos campos agrícolas,

As igrejas, sobretudo a católica, antes e depois da independência, foram aliadas do poder político, o mesmo acontecendo depois da independência com outras igrejas em alianças funcionais (mutuamente beneficiosas) entre Estado e igrejas. Simultaneamente, as igrejas tiveram um importante papel na formação das elites nacionalistas e dirigentes dos movimentos independentistas.

A maioria dos camponeses, os mais pobres e sem oportunidades ou não integrados, adoptou diferentes formas de resistência, desde o princípio da colonização, aos seus diversos modos e métodos de actuação do sistema e, depois, aos processos repressivos do período socialista e às formas de penetração das multinacionais, assim como, anteriormente, às formas de intervenção do capital esclavagista e feudal, industrial e agrário. As principais formas de resistência foram de luta contra a escravatura (entre grupos e com os agentes coloniais), nas plantações e fábricas, (manifestações, queima de sementes, fugas para as matas e greves), contra a ocupação colonial e abusos do poder pós-independência (apoio aos movimentos de libertação e à Renamo durante a guerra civil), contra a ocupação de terras nos colonatos, nos grandes investimentos mineiros e nas plantações, e devido às condições de vida nos reassentamentos (manifestações e greves).

Aparte as motivações nacionalistas, os movimentos de protesto e luta camponesa foram locais, isolados, de curta duração e em resposta a condições de opressão, discriminação, condições de trabalho e de vida, principalmente quando implicaram a desestruturação dos modos de produzir e de vida, e das relações com o território, onde existe o sentimento da territorialidade sociocultural como um bem não tangível. Nessa perspectiva, também em Moçambique se coloca a velha questão teórica se o campesinato é uma "classe em si" e "para si". Não são conhecidos movimentos de camponeses continuados no tempo, estruturados e organizados internamente, como ocorre nos movimentos sociais campesinos, em defesa das suas identidades culturais, dos seus modos de produzir e de vida, sobretudo na América do Sul. Os camponeses não revelaram, ao longo da história, que os seus movimentos de revolta se transformassem em movimentos de transformação de poderes, seja ao nível de países, seja localmente. Este parece ser um tema aberto para investigação.

LISTA DOS ÚLTIMOS 20 TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL*			
Nº	**Título**	**Autor(es)**	**Ano**
146	Avaliação do impacto do desmatamento e degradação floresta nos meios de subsistência das famílias rurais da província do Niassa	Aires Afonso Mbanze e Cremildo Ribas Dias	Julho de 2024
145	Uma fraude chamada ensino primário público? Reprodução de diferentes níveis da cidadania e comprometimento de um projecto de unidade nacional	João Feijó e Neuza Balane	Junho de 2024
144	Moçambique mais subdesenvolvido um revisitar teórico sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento	João Mosca	Maio de 2024
143	Configuração da estrutura económica de Moçambique Numa perspectiva de longa duração	João Mosca	Abril de 2024
142	Bases para a elaboração de um índice de dependência externa. Exemplo de Moçambique	João Mosca, Yara Nova e Rabia Aiuba	Março de 2024
141	Análise do projecto sustenta (2017-2019)	Nelson Capaina, Yara Nova e João Mosca	Fevereiro de 2024
140	Alguns determinantes da produtividade agrícola em Moçambique	Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Janeiro de 2024
139	Instrumentos de política agrícola e a produção agrícola em Moçambique	Rabia Aiuba	Agosto de 2023
138	"Antes de as mineradoras chegarem, produzíamos muito... agora, já não": impacto da mineração do carvão na produção agrícola das comunidades circunvizinhas às minas em Moatize	Mélica Chandamela	Julho de 2023
137	Após o ciclone idai, as inundações: narrativas e lições de um desastre (in)esperado e "excepcional"	Uacitissa Mandamule	Maio de 2023
136	Penetração de capital no meio rural, exclusão e expropriação: mecanismos de compensação em contexto de desigualdades pré-existentes	Natacha Bruna	Abril de 2023
135	Reforma legal e o mercado de terras em Moçambique	Nelson Capaina	Março de 2023
134	Deslocações forçadas e aumento da pressão sobre o garimpo em Namanhumbir	Jerry Maquenzi e João Feijó	Fevereiro de 2023
133	Os espaços de participação e de exercício da cidadania, na voz de líderes associativos da província de Cabo Delgado	João Feijó	Janeiro de 2023
132	Desafios e oportunidades na produção orizícola no baixo Zambeze: O caso da província da Zambézia	Nelson Capaina	Novembro de 2022
131	Acesso e alocação de terras para além dos grandes investimentos: O papel das elites políticas e económicas em Boane	Josefina Tamele	Outubro de 2022
130	Produção Agrícola e Empoderamento de Mulheres em Contextos Rurais: análise do projecto AgriMulheres em três povoados da província de Nampula (2018- 2021)	Neuza Balane e João Feijó	Setembro de 2022
129	Modelos de desenvolvimento agrário em Moçambique	Yara Nova e Rui Rosário	Setembro de 2022
128	Variações do extractivismo em Moçambique: um mundo inteligente ao clima e a emergência do extractivismo verde	Natacha Bruna	Agosto de 2022
127	Caracterização das condições socioeconómicas dos deslocados internos no Norte de Moçambique ao longo do ano de 2021	João Feijó, Jerry Maquenzi, Daniela Salite e Joshua Kirshner	Agosto de 2022

*Para acessar aos restantes textos da série Observador Rural, visite a nossa página web pelo link: https://omrmz.org/observador-rural/

O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:

EMBAIXADA DA NORUEGA

Suécia
Sverige

Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar
Maputo – Moçambique
www.omrmz.org